

**Comissão de Projectos para as Comemorações
do Centenário da República**

Relatório

Lisboa, Setembro 2006

Sumário

Apresentação e agradecimentos

RELATÓRIO

1. Sentido e significado das comemorações do centenário da República
2. Ideias e projectos para as comemorações
3. Aperfeiçoar a República
4. Âmbito e duração das comemorações
5. Organização e financiamento das comemorações

ANEXOS

I. Roteiro ordenado das propostas relativas a iniciativas e projectos

II. Contribuições individuais dos membros da Comissão

1. Contribuição sobre a vertente de investigação histórica (António Reis)
2. Contribuição de sobre iniciativas e projectos das comemorações (Inês Pedrosa)
3. Contribuição para as comemorações do Centenário da República (Madalena Torres)
4. Contribuição sobre a dimensão política das Comemorações (Vital Moreira).

III. Contribuições sobre organização, calendário e financiamento das comemorações

1. Contribuição de Joaquim Romero Magalhães
2. Contribuição de Madalena Torres

IV. Contribuições escritas externas

1. Contribuição de Raquel Henriques da Silva
2. Contribuição do Centro Português de Fotografia
3. Contribuição da Associação República e Laicidade
4. Carta da Câmara Municipal de Loures

V. Documentos sobre a Comissão

1. Resolução do Conselho de Ministros que instituiu a Comissão
2. Acta geral dos trabalhos da Comissão

Apresentação e agradecimentos

1. O presente documento contém o relatório da Comissão de Projectos para as Comemorações do Centenário da República, criada pela resolução do Conselho de Ministros de nº 170/2005, de 6 de Outubro de 2005.

Nos termos dessa resolução governamental (incluída em anexo ao presente Relatório – *Documento nº V/I*), esta Comissão foi incumbida de «*promover uma reflexão sobre a natureza e o conteúdo das comemorações do primeiro centenário da implantação da República e (...) apresentar ao Governo (...) recomendações sobre:*

- a) Programa das comemorações;*
- b) Modelo organizativo do evento;*
- c) Recursos a afectar às comemorações.»*

O presente relatório procura responder adequadamente a esse encargo.

2. A Comissão adoptou as seguintes linhas de orientação para o seu trabalho:

- a) Proceder a uma reflexão interna sobre o sentido e significado a imprimir às comemorações do centenário da República;*
- b) Estudar as grandes comemorações históricas realizadas noutros países, designadamente os bicentenários da Independência dos Estados Unidos (1976) e da Revolução Francesa (1989);*
- c) Estudar as comemorações realizadas no nosso País depois do 25 de Abril, nomeadamente as dos Descobrimentos;*
- d) Convidar um conjunto de personalidades que, pela sua biografia, formação e experiência, pudessem dar um contributo para a reflexão sobre o centenário e para colheita de sugestões quanto a iniciativas a desenvolver.*

3. A Comissão decidiu manter uma perspectiva muito aberta quanto às ideias e projectos sobre o centenário da República, consciente de que as decisões terão de ser tomadas pelo Governo e pela futura estrutura encarregada do planeamento e da

execução das comemorações. Por isso, a nossa tarefa não consistia em apresentar um modelo pronto a executar, mas antes um conjunto o mais amplo possível de alternativas e de ideias sobre as realizações a desenvolver.

Desnecessário será dizer que boa parte das ideias e propostas constantes deste relatório têm a sua origem nas audições a que procedemos, referenciadas na acta geral dos trabalhos da Comissão (em Anexo - *Documento nº 5/b*), bem como de outros documentos que nos chegaram de outras entidades (por exemplo, a Associação República e Laicidade), para além do estudo de outras comemorações históricas.

A Comissão, como tal, não tem de fazer suas as propostas individuais dos seus membros nem muito menos as dos seus interlocutores. Do que se trata, portanto, é de dar testemunho de uma reflexão a várias vozes, aberta e controversial. Incumbe ao Governo e à futura Comissão nacional das comemorações tomar as opções devidas e fazer as escolhas apropriadas.

4. A Comissão deseja agradecer a todas as pessoas e entidades que contribuíram para o seu trabalho, designadamente as personalidades que se disponibilizaram para comunicar as suas ideias e sugestões connosco.

Devemos também o nosso reconhecimento às embaixadas dos Estados Unidos, da França e da Itália, às embaixadas de Portugal na França e na Itália, bem como a Charles Buchanan, da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), a colaboração prestada acerca da experiência das comemorações histórias nos referidos países.

Lisboa, Setembro de 2006.

A Comissão

“Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária”. (Constituição da República Portuguesa, art. 1º)

«O melhor que a história nos pode dar é suscitar o nosso entusiasmo» (Goethe).

1. Sentido e significado das comemorações do centenário da República

1.1. Evocar e celebrar

Um século é muito tempo, mesmo tratando-se de um país a caminho dos nove séculos de existência. Por isso, a história dos países é marcada pela comemoração dos centenários dos momentos de viragem das instituições e de outros grandes eventos que marcam a vida dos países e dos povos. No nosso caso, a implantação da República é indubitavelmente um dos grandes momentos da história nacional, pelo menos dos últimos séculos, tendo marcado profundamente a sociedade, as instituições e a cultura em Portugal.

Etimologicamente, *comemorar* designa o acto de evocação ou de memória colectiva de um evento passado. No caso de se tratar de uma momento fasto, comemorar é também celebrar e festejar. No caso da revolução de 5 de Outubro de 1910, sem receio se pode dizer que para a generalidade dos portugueses a implantação da República significou um avanço na luta pela liberdade e pela cidadania em Portugal, constituindo um adquirido histórico do povo português.

Sucedo, porém, que desde a queda da I República, a revolução republicana nunca mais foi verdadeiramente comemorada: durante o Estado Novo, porque isso contrariava a fundamental hostilidade do regime ao republicanismo (apesar da

fictícia e ritual homenagem no 5 de Outubro); depois da queda da ditadura, porque a legitimidade revolucionária do 25 de Abril de 1974 "consumiu" e sobrepôs-se à revolução do 5 de Outubro de 1910. Como afirmou Eduardo Lourenço no seu encontro com a Comissão, a "mitologia revolucionária" que se tornou prevalecente é a de 1974 e não a de 1910, estando esta perdida no tempo e obnubilada pela propositada distorção histórica a que a historiografia e a propaganda política do Estado Novo submeteram a I República.

Por isso, a primeira condição para a comemoração do centenário da República é a reivindicação mesma da sua ideia e da sua memória.

1.2. Reivindicar a ideia da República

Se o regime republicano e a ideia de República são um dado globalmente consensual, já assim não sucede com a evocação histórica da República.

Por um lado, para muita gente prevalece ainda uma ideia da I República – que o Estado Novo explorou ostensivamente – como um período de desordem e violência permanente, que conduziu ao 28 de Maio de 1926 e o justificou. De facto, a sistemática propaganda negativa contra a República continua ainda hoje a obscurecer e deturpar esse período histórico, explorando a sua instabilidade política e social e os seus excessos (por exemplo, a deriva anticlerical na questão da separação Estado-Igreja) e denegando as suas inequívocas realizações em apenas dezasseis anos, marcados por acontecimentos de profundas repercussões negativas, como a Grande Guerra (1914-1918) – com as consequências económicas, sociais e financeiras que esse cataclismo trouxe – e pelas diversas crises por que passou, designadamente as incursões monárquicas (1911 e 1912), a ditadura de Pimenta de Castro (1915), o Sidonismo (1917-1918), a Monarquia do Norte (1919), e as conspirações militares que conduziram ao 28 de Maio de 1926.

Por outro lado, uma lamentável negligência na reivindicação do ideário da revolução republicana e no ensino da história desse período, mesmo depois do 25 de Abril de 1974, tem gerado um inaceitável défice de conhecimento e de sensibilização acerca da história da I República, criando uma inadmissível ignorância e desinteresse em relação à própria ideia de República, como revela a fraca adesão social às comemorações do 5 de Outubro de cada ano. Na verdade, não se adere ao que se

desconhece. Um estudo sobre a percepção social acerca do 5 de Outubro e sobre o republicanismo ajudaria a aferir as necessidades e os meios de atacar o desconhecimento e as confusões prevaletentes, podendo ser também um importante auxiliar na definição e programação das comemorações do Centenário.

Para além das realizações da I República nos mais diversos planos – liberdade e igualdade política, democracia representativa, laicidade do Estado, legislação da família, prioridade à instrução e combate à iliteracia (criação do Ministério da Instrução), direitos laborais e sociais, reforma da administração colonial e fomento das colónias, autonomia do poder local, participação na Sociedade das Nações, etc. –, o que importa sublinhar é que o seu fim não implicou o fim do republicanismo e que foi também em nome deste que se travou a resistência e a luta contra a ditadura do Estado Novo e se efectuou a restauração da ordem democrática com o 25 de Abril de 1974

Por isso, a primeira condição e o principal objectivo das comemorações do primeiro centenário da República é justamente a reivindicação das ideias republicanas como substrato fundador da nossa modernidade política, social e cultural. Porque a memória que durante tantos anos se quis que se fixasse procurou desvalorizar tudo o que de positivo havia no legado republicano.

Independentemente do reexame do julgamento sobre I República, as comemorações do centenário da revolução republicana e da proclamação da República devem ser muito afirmativas em relação ao projecto republicano de liberdade, democracia, cidadania, laicidade, emancipação pela educação e modernização do País.

Qualquer que seja o juízo histórico acerca da I República à luz de uma avaliação desapassionada – e as comemorações do Centenário devem trazer novas contribuições para ele –, o que está em causa nas comemorações é sobretudo o republicanismo em si mesmo, como projecto de organização da colectividade e do Estado na base da liberdade, da democracia, da igualdade e da cidadania. Muitos aspectos da utopia republicana ainda hoje podem e devem servir os princípios e praxis política democrática, como os direitos do homem e do cidadão, a responsabilização dos políticos e servidores do Estado, a descentralização territorial, o associativismo a todos os níveis, a prevalência do interesse geral sobre os

interesses sectoriais ou corporativos, a educação cívica, a responsabilidade social dos indivíduos, etc.

Voltar às origens da República, reconstituir uma genuína "mitologia" republicana e valorizar do projecto de modernidade republicana deve constituir um objectivo primordial das comemorações.

1.3. Comemorar como?

As comemorações históricas podem ser encaradas de muitos modos: como meios de exaltação patriótica ou de nacionalismo emocional; como mecanismos de legitimação militante de ideologias políticas; como instrumentos de contestação política das instituições vigentes, etc. A própria história do movimento republicano em Portugal ficou marcada pelo recurso às comemorações de factos ou personalidades históricas como instrumento de afirmação republicana (comemorações dos centenários de Camões, em 1880, e do Marquês de Pombal, em 1882, por exemplo).

Nenhum daqueles objectivos deve marcar o sentido e significado das comemorações do centenário da República entre nós. Por um lado, a República não precisa do fenómeno comemorativista para se legitimar, de tal modo está enraizada na colectividade política nacional e de tal maneira está legalmente ancorada como traço irreversível da nossa ordem constitucional. Nem o próprio Estado Novo, aliás retintamente hostil aos mais básicos princípios republicanos, ousou pôr em causa o regime republicano, ou sequer abdicar da celebração (ritual) do 5 de Outubro. Por outro lado, a história destes cem anos foi tudo menos a de uma continuidade institucional estável, de progresso e de afirmação da cidadania republicana, que o projecto de 1910 prometia. Desde as atribulações da I República, passando pela ditadura do Estado Novo, até à actual República democrática institucionalizada pela Constituição de 1976, mais de seis décadas do primeiro século republicano decorreram antes que a promessa de 5 de Outubro de 1910 se realizasse na forma de um Estado de direito democrático estável. Basta salientar que o projectado regime de sufrágio universal que constava do programa republicano originário só ocorreu a partir das eleições de 1975, com a concessão de direito de voto a toda a gente, independentemente de requisitos de literacia.

Comemorar o centenário da República não pode, portanto, consistir numa hagiografia do republicanismo histórico, nem da I República, em si mesma, nem tampouco num "branqueamento" das dificuldades e das provações do regime republicano ao longo deste século. Ecoando de novo Eduardo Lourenço, a comemoração do primeiro centenário da República não pode consistir numa "revanche" antimonárquica ou anti-Estado Novo, nem tampouco numa manifestação de nostalgia por um mítico republicanismo primevo, anterior à interrupção contrarrevolucionária do 28 de Maio de 1926. O centenário da República não pode também ser comemorado de um ponto de vista passadista, mas sim como uma preocupação prospectiva, de aprender com o passado para construir o futuro, em termos de reflexão sobre como aperfeiçoar a República. Comemorar o primeiro século da República é tanto mais interessante quanto nos preocuparmos em realizar um segundo século melhor do que o primeiro.

Deste modo, as comemorações do centenário da República podem e devem visar os seguintes **objectivos**:

a) Comemorar a revolução do 5 de Outubro de 1910 como momento fundador da República;

b) Valorizar a ideia republicana no seu sentido histórico mais genuíno, enquanto projecto de afirmação da cidadania, de igualdade política e social, de garantia dos direitos e liberdades individuais, de fim dos privilégios de nascimento ou de status, de democracia representativa, de descentralização e autonomia do poder local, de separação do Estado e das igrejas, etc.;

c) Estudar a evolução e transformação da República, desde as dificuldades de estabilização e consolidação da I República, passando pelo interregno equívoco do Estado Novo, até à renovação da ideia democrático-republicana com o 25 de Abril de 1974;

d) Analisar os problemas e escrutinar as soluções para uma República moderna, mais eficiente e ainda mais democrática, na passagem do primeiro centenário e na perspectiva do seu segundo centenário.

1.4. Carácter nacional das comemorações

Há muitas maneiras de fazer comemorações históricas: oficiais e populares, eruditas e festivas, políticas e culturais, etc.

No nosso modo de ver, as comemorações da República devem ser um pouco de tudo isso: cerimónias oficiais e iniciativas festivas de carácter popular; paradas e desfiles; colóquios e conferências; exposições, concertos e representações; cinema, música e teatro; edições de catálogos, de livros, de documentos históricos; programas de rádio e de televisão; edições de selos e de medalhas e moedas, etc.

Por outro lado, as comemorações não devem limitar-se a Lisboa, apesar de a revolução republicana aqui ter tido lugar. As comemorações devem abarcar o país todo. Sem prejuízo da unidade e coerência das comemorações – o que requer uma cuidada coordenação nacional –, devem encontrar-se mecanismos de desconcentração e descentralização das iniciativas, de modo a fazer participar todo o País, desde as regiões autónomas aos municípios, sem esquecer as comunidades portuguesas no estrangeiro. No capítulo próprio, adiante, encontram-se várias ideias e sugestões nesse sentido.

As comemorações devem assumir, antes de mais, um carácter nacional e uma responsabilidade do Estado. Por isso, embora caiba ao Governo organizar, dinamizar e financiar as comemorações, estas devem envolver todos os órgãos do poder político, a começar pelo Presidente da República (sob cujo alto patrocínio devem decorrer) e pela Assembleia da República (que deve ser um dos fulcros das mesmas), e a acabar nos municípios que queiram associar-se às comemorações. A existência de programas comemorativos próprios deve ser estimulada, sem prejuízo da necessária coordenação nacional, destinada a prevenir repetições e desperdício de recursos e meios. Há que contar muito em especial com o Município de Lisboa, com os órgãos de governo próprio dos Açores e da Madeira e com os demais municípios, nomeadamente através da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

As comemorações também não podem deixar de beneficiar da contribuição específica de algumas instituições públicas particularmente apetrechadas para isso, quer pelos seus fins, quer pelos seus meios, como sucede com o Museu da Presidência da República, a Assembleia da República, a Biblioteca-Museu da República e Resistência (município de Lisboa), a Biblioteca Nacional, a Torre do

Tombo ou alguns Museus dependentes do Instituto Português de Museus, particularmente o de Arte Contemporânea.

No entanto, as comemorações não podem deixar de envolver as instituições não governamentais e a sociedade civil em geral. É evidente que as iniciativas das entidades públicas não esgotam as comemorações da República. Estas devem ter uma forte componente popular, devendo ser estimuladas e apoiadas as iniciativas das organizações sociais, designadamente aquelas que têm por objectivo a promoção de personalidades e de valores republicanos e as que devem ao republicanismo um grande apoio. Aí se contam as associações e fundações ligadas à memória republicana (centros republicanos, casas-museu de personalidades ligadas à história da República, como o Museu Bernardino Machado, em Famalicão, a Casa-Museu Egas Moniz, em Avanca, o Museu da República Dr. Arlindo Vicente, em Aveiro), os museus com acervos atinentes à arte e à cultura republicanas, as fundações dedicadas ao estudo e promoção das ideias republicanas (como, por exemplo, a Fundação Mário Soares), para além dos sindicatos e das associações empresariais, das colectividades culturais nascidas do movimento republicano ou herdeiras das suas ideias, etc. etc. Menção especial merece aqui o Grande Oriente Lusitano, dado o papel histórico da maçonaria no movimento republicano e na própria Revolução de 5 de Outubro, bem como na história da República desde então.

Por último, as comemorações devem ser de índole nacional ainda no sentido de que não devem ser apropriadas como instrumento de luta político-partidária ou de sectarismo ideológico. Pelo contrário, devem ser essencialmente marcadas pela sua abrangência e inclusividade em termos partidários e políticos, ideológicos e culturais, sociais e territoriais, sem prejuízo da afirmação dos grandes valores republicanos e da herança republicana.

2. Ideias e projectos para as comemorações

2.1. As diversas dimensões das comemorações

As comemorações do centenário da República têm de estar à altura da importância do acontecimento que evocam e celebram. As comemorações não podem ser um exercício fútil nem displicente. Devem ter visibilidade geral e o maior impacto possível. Como disse de forma cortante um dos interlocutores da Comissão, "ou se comemora bem ou não se comemora".

Antes de mais, importa identificar os temas ou conteúdos das comemorações nas suas dimensões essenciais (*comemorar o quê?*). De facto, elas não podem limitar-se à evocação e celebração do 5 de Outubro de 1910, antes devem abarcar todos os aspectos relevantes da herança republicana, desde as origens à actualidade. Depois, há que enunciar as formas de exteriorização das comemorações nas suas diversas vertentes (*comemorar como?*). Na verdade, as comemorações não podem limitar-se a cerimónias oficiais mais ou menos grandiosas, antes devem manifestar-se também em acções de estudo e investigação, em iniciativas culturais e em actividades educativas, sem esquecer a vertente comunicacional e a dimensão festiva, sem as quais as comemorações do Centenário estão condenadas a um exercício sem visibilidade.

Além disso, como tem ocorrido em outras grandes comemorações históricas, as o centenário da República deve ficar marcado pelo enriquecimento do património nacional, quer do património científico e artístico, quer especialmente do património cultural e arquitectónico, através da criação de uma nova instituição cultural ou de uma obra arquitectónica de relevo, que deixe uma marca visível do centenário para o futuro.

Quanto aos seus destinatários, as comemorações não podem envolver apenas os protagonistas políticos e as elites sociais e culturais. Sem prejuízo das suas componentes científica, académica e erudita, as comemorações devem ser uma manifestação essencialmente popular, com ampla participação social. O centenário

da República pode e deve ser também um factor de identificação colectiva e de formulação de ideias para o futuro das instituições e do País.

2.2. Os conteúdos das comemorações

De acordo com o sentido definido para as comemorações, elas devem compreender um conjunto de temas ou conteúdos bem identificados, que cubram todo o arco histórico, desde a memória da revolução republicana até à actual República democrática, e que abordem todos os aspectos mais significativos da "republicanidade".

a) Recolher e valorizar a memória republicana

Se comemorar significa lembrar colectivamente um evento passado, então a primeira tarefa das comemorações republicanas só pode ser a recolha e a evocação das memórias do republicanismo, desde as origens do movimento republicano até à revolução de 1910 e à institucionalização constitucional do novo regime.

Entram aqui a recolha de memórias dos protagonistas e de documentos iconográficos, bem como a organização de exposições e a edição de documentos, de imagens e de filmes. Outra das dimensões incontornáveis da memória republicana tem a ver com a origem e significado dos símbolos republicanos.

As muitas sugestões colhidas pela Comissão encontram-se enunciadas no *Roteiro anexo (Documento I)*, desde uma exposição iconográfica e documental sobre Alfredo Keil e as origens de "A Portuguesa", bem como sobre as origens e as discussões acerca da bandeira nacional, até à edição em CD-ROM de publicações relevantes de antes da revolução ou da I República (por exemplo a *Alma Nacional*, de António José de Almeida, bem como as revistas político-culturais, como a *Águia*, a *Vida Portuguesa*, a *Pela Grei* e a *Seara Nova*), passando por uma evocação de Aurélio Paz dos Reis, o cidadão-fotógrafo do Porto (*Anexos, Documento IV/2*).

Uma componente autónoma da herança republicana diz respeito ao património arquitectónico, cultural e artístico. Nesta área são inúmeras as possíveis propostas e sugestões, desde o inventário da arquitectura do tempo da I República até a um roteiro dos monumentos e edifícios classificados da mesma época.

b) Do republicanismo à República: os valores republicanos

O centenário da República constitui uma excelente ocasião para rever os fundamentos do republicanismo e escrutinar a lógica das instituições republicanas. De facto, mais do que um programa político, a República é um modo de organização das instituições e de convivência colectiva.

Reivindicando-se da trilogia revolucionária francesa da "Liberdade-Igualdade-Fraternidade" – que o constitucionalismo liberal monárquico tinha reduzido ao primeiro termo, numa versão puramente individualista, esquecendo a igualdade e a fraternidade –, o republicanismo histórico manteve desde o início uma clara pulsão democrática e social, num duplo sentido, a saber, na promoção do associativismo e na defesa de direitos sociais básicos dos trabalhadores. Por isso, o republicanismo só se alcança na base das suas relações com o liberalismo, com a democracia e com o socialismo.

Politicamente, o republicanismo é ainda um liberalismo, mas é essencialmente uma ideia de cidadania democrática, baseada na participação individual e colectiva, na igualdade dos cidadãos perante a lei, na virtude cívica e na responsabilidade democrática dos órgãos e titulares de cargos políticos. Mesmo que a República tenha ficado muito aquém dos seus compromissos democráticos –desde logo quanto ao sufrágio universal –, o seu substrato humanista e a sua vocação democrática e progressista são a principal marca de distinção em relação ao liberalismo monárquico.

Importa por isso rever e actualizar o discurso teórico sobre o republicanismo e sobre a praxis republicana, à luz das transformações económicas, sociais e culturais contemporâneas. São muitas as iniciativas e manifestações propostas a este respeito para as comemorações do centenário (*Anexos, Documento I*), desde um colóquio sobre as relações do republicanismo com o liberalismo, com a democracia e com o socialismo, bem como com o sindicalismo e o movimento operário, até uma exposição sobre as influências externas do republicanismo português, designadamente o pensamento e a experiência da III República Francesa.

c) A República e o constitucionalismo republicano

Todas as revoluções rompem com a ordem jurídica e institucional precedente e rapidamente se procuram institucionalizar numa nova Constituição e em novas leis. O processo de institucionalização pós-revolucionário é sobretudo um processo de "legalização" da revolução e de transformação da ordem jurídica, em consonância com os valores revolucionários.

A revolução republicana não foi diferente, antes pelo contrário, não tendo perdido tempo em implementar juridicamente as principais medidas do programa republicano. Mal a revolução triunfou, e logo o Governo provisório se lançou numa gigantesca revolução legislativa, que alterou profundamente as instituições e as leis, incluindo as célebres leis da família, do registo civil, da separação da Igreja e do Estado. A aprovação da Constituição republicana, em 21 de Agosto de 1911, culminou o edifício jurídico e institucional do novo regime, onde as novidades não eram somente as novas instituições políticas e o sistema de governo parlamentar estreme (que haveria de ser um dos factores da sua instabilidade e ingovernabilidade política), mas também várias outras, como a extinção dos foros de nobreza e dos títulos nobiliárquicos, o reconhecimento do "habeas corpus", os crimes de responsabilidade dos titulares de cargos políticos, a fiscalização judicial da constitucionalidade das leis, a plena autonomia municipal e o referendo municipal, etc.

As comemorações da República não podem, portanto, ignorar esta revolução constitucional e legal. A Assembleia da República e o Ministério da Justiça e as faculdades de Direito têm aqui uma responsabilidade especial. As várias sugestões e propostas de iniciativas nesta área (*Anexo, Documento I e Documento II/4*) vão desde a publicação de uma antologia dos principais textos legislativos pós-revolucionários até à realização de um colóquio sobre a Constituição de 1911 e o constitucionalismo republicano.

d) A República na oposição: a resistência republicana ao Estado Novo

Caída a I República, após escassos 16 anos de vida atribulada, foi sempre em nome da República que se travou, primeiro, numa perspectiva restauracionista, a resistência à consolidação da ditadura e à institucionalização do Estado Novo e,

depois, a resistência ao regime salazarista, agora numa visão mais diversificada em relação à I República. No entanto, mesmo se a oposição ao regime autoritário se dividiu por várias tendências ao longo do tempo – liberais, socialistas, comunistas, –, com diferentes graus de adesão à experiência da I República, a verdade é que a referência republicana foi sempre uma plataforma comum, tanto em termos de forma de regime como em termos de luta pelos valores da liberdade, da democracia e da cidadania. Desde as comemorações "alternativas" do 5 de Outubro, passando pelos "congressos republicanos" de Aveiro – o primeiro deles em 1957 –, até ao 25 de Abril de 1974, a referência republicana foi uma componente essencial da luta pela democracia em Portugal.

Por isso, as comemorações do centenário da República não devem excluir essa dimensão da herança republicana. As numerosas sugestões aventadas (*Anexos, Documento I e Documento II/4*) vão desde a comemoração do I Congresso Republicano (Aveiro, 1957) e homenagem aos seus promotores até à criação de um memorial à resistência antifascista, incluindo os nomes de todas as vítimas políticas da ditadura.

e) A República rediviva: de 1911 a 1976

A revolução de 1976 e o regime democrático que dela resultou não significaram apenas a reivindicação da ideia da República democrática mas também a recuperação de muitos aspectos originários de 1911, tanto no plano dos valores como no plano das instituições, embora com as modificações que as desventuras da I República aconselhavam e as novas circunstâncias históricas impunham.

Por isso, pode fazer todo o sentido que nas comemorações do Centenário da República haja também lugar para tomar consciência das rupturas e continuidades entre a antiga República e a nova República. Entre as sugestões e propostas aventadas (*Anexo, Documento I*, bem como o *Documento II/4*) contam-se por exemplo, uma exposição/colóquio sobre a resistência das forças políticas republicanas à Ditadura militar e à instauração do Estado Novo e outra sobre "O Grande Oriente Lusitano e a República: de 1910 a 2010".

2.3. As dimensões das comemorações

Definidos os objectivos e os temas, importa não descurar os modos de expressão e exteriorização das comemorações. As principais componentes devem ser as seguintes:

a) A dimensão histórica: aprofundar o conhecimento da República e da sua história

Não há comemorações históricas sem uma séria busca de aprofundamento do conhecimento dos eventos ou das mudanças comemoradas. Apesar dos avanços da historiografia sobre as origens e sobre a revolução republicana, bem como sobre a I República, há muitas zonas em que o conhecimento continua a ser insuficiente ou controverso. Por isso, importa aprofundar as investigações e a produção de saber sobre as várias fases da história deste primeiro século da República, ou seja, o movimento republicano, a I República, o Estado Novo e a actual República democrática.

Um século depois, é possível lançar novos olhares sobre os factos históricos e compreender melhor o desenvolvimento das ideias republicanas, sem anátemas e sem paixões. Por isso, as comemorações devem incluir um programa condigno de projectos de investigação, de edição de monografias e colectâneas de estudos, de obras clássicas do pensamento republicano actualmente inacessíveis, juntamente com um conjunto de colóquios e congressos sobre temas de especial importância para o conhecimento da República.

Naturalmente, este programa só pode ser levado a efeito com a cooperação dos centros de investigação universitários existentes no País. São muitas as propostas surgidas no seio da Comissão ou sugeridas pelos seus convidados (Ver Anexos, *Documento I* e *Documento II/I*) que vão, por exemplo, desde a elaboração e publicação de um *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, passando pela publicação do relatório de Machado Santos (o chefe militar da Revolução), até à publicação de arquivos e guias de fontes da história do republicanismo, da Revolução e da República.

b) A vertente cultural

A revolução republicana foi também uma revolução cultural. O laicismo, a cidadania, a emancipação individual pela educação, pela arte e pela cultura, a promoção da instrução pública, a criação de novas universidades, a instituição de novos museus e instituições culturais, a promoção da vida artística, desde a música às artes plásticas, a aposta no conhecimento científico –, eis os principais traços da inovação e da reforma cultural da I República, que são perfeitamente coerentes com os pressupostos filosóficos e doutrinários do republicanismo, como última expressão de uma atitude caracterizadamente iluminista (e, mesmo, cientifista) entre nós.

O Ministério da Cultura assume assim um papel de primeiro plano nas comemorações do primeiro centenário da República, não somente no apoio à organização e dinamização das iniciativas culturais (exposições, concertos, teatro, ópera, iniciativas literárias), mas também na disponibilização dos estabelecimentos e instituições culturais do Estado. O mesmo se diga da rede municipal de teatros e cine-teatros, que deve ser uma plataforma de itinerância das manifestações culturais por todo o país.

No plano das manifestações culturais, as propostas e sugestões são numerosas e muito variadas (cfr. Anexos, *Documento I* e *Documento II/2*), indo desde uma exposição, uma monografia e o catálogo integral da obra de Columbano Bordalo Pinheiro (*Documento IV/1.2*) até à adaptação da "Escola do Paraíso" de J. Rodrigues Miguéis ao cinema/televisão.

c) As escolas e a componente educativa das comemorações

Se houve um objectivo e uma instituição central no projecto doutrinário do republicanismo e no programa político da República, eles são respectivamente a educação e a escola pública, como meios de edificação da liberdade individual, de libertação do atavismo e do obscurantismo, da igualdade de oportunidades e da cidadania. Sem educação e sem escola não existe República.

Por isso, tendo sido a educação e a escola pública a base de legitimação da República e veículo privilegiado da sua implantação popular, não podem as comemorações do centenário ignorar uma e outra. As escolas, os professores e os alunos, sobretudo no ensino básico, devem ser locais e protagonistas obrigatórios da

evocação e celebração da República. O Ministério da Educação deve assumir uma missão central nas comemorações do Centenário.

São numerosas as sugestões e propostas para as comemorações nesta área (cfr. Anexos, *Documento I* e *Documento II/2*), tão diversas como, por exemplo, uma monografia e exposição sobre "República e a Educação" ou um concurso entre os alunos do ensino secundário para trabalhos de investigação sobre "A República na minha terra/vila/cidade".

d) A dimensão política das comemorações

Desnecessário se torna enfatizar a centralidade das manifestações políticas nas comemorações do primeiro centenário da República. E isto num duplo sentido: por um lado, na comemoração dos principais momentos do movimento e da revolução republicana, desde, por exemplo, a vitória republicana nas eleições municipais de Lisboa de 1908, passando naturalmente pelo 5 de Outubro, até à aprovação da Constituição republicana de 1911; por outro lado, na organização de cerimónias políticas como momentos altos das comemorações (por exemplo, uma grande sessão solene na Assembleia da República, com a participação do Presidente da República, do Governo e de todas as autoridades do Estado).

A nível nacional devem ocorrer pelo menos três sessões políticas, a saber, a abertura oficial das comemorações, o dia 5 de Outubro de 2010 e o encerramento das comemorações. A nível regional e municipal, as tradicionais cerimónias do 5 de Outubro, onde existam, devem revestir uma especial expressividade no ano de 2010.

Os dois órgãos representativos do poder político a nível nacional (Presidente da República e Assembleia da República) têm uma especial responsabilidade política nas comemorações da República, como expressão mais directa da organização do poder político republicano. Para além da sua intervenção como órgãos do poder político, ambas as instituições dispõem de serviços especialmente vocacionados para organizar eventos sobre a expressão política da República, através do Museu da primeira e dos serviços culturais da segunda. Em especial, o Presidente da República, para além de assumir o alto patrocínio das comemorações, deve presidir e discursar nas cerimónias oficiais nacionais mais relevantes.

e) Homenagens e tributos

Comemorar o centenário de um evento (o 5 de Outubro) e de uma ideia (a República) deve ser também uma ocasião para prestar homenagem pública e oficial (a nível nacional ou local, conforme os casos) às pessoas e instituições que as tornaram possíveis ou que lutaram destacadamente pelas mesmas.

Por isso, cumpre elaborar uma lista de grandes personagens e instituições que passaram o "teste do tempo", merecendo por isso ser condecoradas com a ordem honorífica adequada. Importa também verificar se algum dos grandes pensadores ou fazedores da República está ausente do Panteão Nacional. Tal como sucedeu nas comemorações do bicentenário da Revolução em França, é esta a altura adequada para reparar injustiças no tributo que devemos aos que nos legaram a República.

No caso de imposição de insígnias, e ainda mais no caso de alguma "panteonização", as respectivas cerimónias devem assumir a solenidade e a grandeza que elas merecem.

f) A componente festiva

As comemorações da República são também a celebração do republicanismo como revolução e fenómeno popular. Por isso, as comemorações não podem deixar de assumir uma forte dimensão festiva. Como se disse numa das audições da Comissão, elas devem ser uma «festa nacional», até porque essa é a maneira de interessar muita gente e de lhe conferir uma verdadeira marca popular. Sem povo não há comemorações do centenário da República digno desse nome.

Não podem ser esquecidas as iniciativas especialmente destinadas aos jovens e às crianças, com espaços próprios e programas próprios de ("República juvenil", República infantil").

São numerosíssimas as sugestões e propostas apresentadas ou recolhidas pela Comissão (Anexos, *Documento I* e *Documento II/3*), indo desde uma "Taça do Centenário" em futebol e outras manifestações desportivas de massas até uma regata de "tall ships" no Tejo, os quais arrastam sempre multidões.

g) A expressão comunicacional

Há um século não havia rádio nem televisão, muito menos Internet. O cinema dava os primeiros passos e somente a imprensa e fotografia proporcionavam meios

de registo e de comunicação. Hoje, na era da comunicação de massas e dos media electrónicos, a comunicação constitui um instrumento essencial de informação, de debate, de persuasão e de mobilização.

Por isso, a informação e a comunicação têm de estar no centro de qualquer projecto de comemorações públicas do centenário da República. Sem a presença na rádio, na televisão, na Internet, no cinema, etc. – para além da imprensa, bem entendido – não são pensáveis comemorações com o impacto devido. As comemorações devem desde logo ter uma forte identidade visual, que não passa somente por um logótipo atraente, mas também pelo grafismo dos seus materiais e pelas ideias-chave que servem de "âncora" ao seu discurso.

É neste capítulo que se verifica maior número de sugestões e propostas (cfr. Anexos, *Documento I* e *Documento II/2*), que vão desde a organização e disponibilização na Internet de um museu virtual da República (história, documentos, iconografia, imagens, personagens, etc.) até emissão de uma série de breves programas de televisão sobre o Centenário, a serem divulgados diariamente durante o período das comemorações (à imagem dos bem sucedidos "bicentennial minutes", exibidos pela CBS nos Estados Unidos durante as comemorações do bicentenário da independência).

3. Um "marco" para as comemorações do Centenário

As grandes comemorações costumam elevar-se acima das manifestações efémeras, mediante a aposta em criações visíveis e perduráveis, desde a criação artística (música, artes plásticas, etc.), até à fundação de museus, construção de monumentos, requalificações urbanas, etc. Grandiosos ou modestos, ostentatórios ou discretos, esses testemunhos são um elemento da própria ideia de comemoração. Trata-se também de deixar um rasto visível das comemorações para a história. Não pode intitular-se de genuína comemoração aquela que não cuida de deixar constância de si mesma para os vindouros.

Muitas vezes, as comemorações são pretexto (ou oportunidade) para a realização de grandes projectos arquitectónicos, seja de expansão ou requalificação urbana (como sucedeu entre nós com a Expo 98 ou com a recuperação do centro de Filadélfia no bicentenário da independência dos Estados Unidos), seja de grandes

estabelecimentos artísticos (como a Ópera da Bastilha, no bicentenário da Revolução Francesa). No caso dos Estados Unidos, as comemorações do Bicentenário deixaram também a criação de centenas de parques por toda a União, ao abrigo de um programa específico da *American Revolution Centennial Administration* (ARBA).

Para além do enriquecimento do património intelectual e artístico do país, através do espólio bibliográfico e artístico a que dê lugar (que é o seu mais importante legado) e do enriquecimento do património natural (novos parques ou as "árvores do centenário" que uma proposta), a comemoração do centenário da República deve deixar também uma marca física para o futuro, dotada de grande visibilidade pública e de pertinência com a celebração.

Também a este propósito foram muitas as propostas ou sugestões colhidas no seio da própria Comissão ou formuladas pelos seus convidados (*Anexos, Documento I, Documento II/3 e Documento IV/1*). Uma são radicalmente despojadas e simbólicas, como, por exemplo, um elemento escultórico na Terreiro do Paço, em Lisboa, ou no sopé do Parque Eduardo VII (assinalando o episódio da Rotunda de 5 de Outubro de 1910). Na mesma linha vai, por exemplo, a sugestão de uma escultura simbólica (uma pirâmide, uma esfera...) no Terreiro do Paço ou num dos outros locais assinalados. Mas a generalidade das ideias neste plano são de duas ordens: (i) intervenção urbana em zona nobre de Lisboa (Terreiro do Paço e zona ribeirinha, Baixa pombalina, zona de Belém, Ajuda, etc.), como por exemplo a requalificação e revitalização da Baixa pombalina, avançada pela Câmara Municipal de Lisboa; (ii) criação de novas instituições museológicas ou artísticas nas mesmas zonas de Lisboa. Neste último registo poderiam ser mencionadas, entre outras, as ideias de criar um Museu do Iluminismo no Terreiro do Paço, um Centro de Conhecimento dos Descobrimentos ou uma Ópera do Tejo, na Ribeira das Naus, ou na Docapesca, etc.

A marca deixada para o futuro pela comemoração do centenário da República no espaço público deve responder preferivelmente a três requisitos: ser algo de novo, responder a uma necessidade sentida ("algo que falta" – como insistia um dos membros das Comissão) e ser financeiramente comportável pelo Orçamento do Estado.

3. Por uma República melhor

3.1. Da herança republicana ao segundo século da República

As comemorações do centenário da República não devem limitar-se a uma evocação – e quando for caso disso a uma celebração – do passado. Devem constituir também uma oportunidade para "fazer" mais e melhor República, para enunciar a enfrentar os desafios do presente e para prospectivar as linhas de evolução para o futuro.

Nesta perspectiva importa visitar e modernizar a herança republicana (designadamente quanto aos seus valores e quanto ao projecto político e doutrinário), completar a edificação da República lá onde ela continua por realizar (ou onde o Estado Novo ainda sobrepõe a sua própria herança), fazer progressos decididos nas áreas mais relevantes para a construção de uma República moderna (especialmente no domínio da educação e da cultura) e, por último, aprofundar os mecanismos de cidadania e de participação democrática.

O melhor tributo que podemos prestar à República – e também a forma mais fecunda de comemorar o seu centenário – é valorizar a sua relevância no presente e revivificar o seu impacto para o futuro. Quando se completa o primeiro século da era republicana, está também a iniciar-se o seu segundo século. Olhar para trás deve ser sobretudo um modo de ver e de preparar o que está para a frente.

3.2. Perfazer e modernizar a herança republicana

Como disse Maquiavel, de vez em quando, os países precisam de regressar às suas origens e aos seus princípios. O mesmo sucede com os regimes políticos. Os centenários são excelentes ocasiões para essa revisitação dos princípios fundadores. Uma grande comemoração histórica é também sempre um fenómeno de identificação colectiva nacional.

Por isso as comemorações do centenário da República devem também ser uma oportunidade para visitar e revalorizar os valores republicanos. em especial no que respeita à democracia e cidadania política e ao progresso social e cultural do País.

De facto, a República foi, por um lado, um projecto de regeneração política e de afirmação da cidadania. Ela inscreveu na nossa história política e institucional as ideias da igualdade social e política, sem privilégios de nascimento nem de condição social, a noção da ética e da responsabilidade política ao serviço da causa pública (a "ética republicana"), o aprofundamento da democracia representativa, a autonomia do poder local, os direitos dos trabalhadores (designadamente o direito de greve, limitação do horário de trabalho, etc.), os primeiros direitos sociais (direito ao ensino, direito à assistência pública, o seguro de acidentes de trabalho). Nesse sentido, o projecto republicano incorporou, se bem que de forma incipiente ou ineficaz, vários traços da democracia e da cidadania modernas, bem como os primeiros passos no sentido de um Estado social.

Por outro lado, o projecto republicano assentava num projecto de emancipação pessoal através da educação e da elevação cultural, assente na generalização da instrução pública, na educação popular, no lançamento e dinamização de instituições culturais, no apoio às iniciativas culturais populares (com destaque para as "universidades livres"). No ideário republicano, a instrução e a cultura não eram somente um requisito de emancipação humana, mas também de cidadania activa, mediante a participação na vida cívica e política (a democratização da educação como pressuposto e alavanca da democratização política). Daí a importância da educação no projecto republicano e o relevo da educação cívica no currículo escolar republicano.

Em suma, as comemorações do centenário da República devem ser um momento para examinar os défices de realização dos valores do republicanismo e para modernizar a herança republicana nas suas diversas vertentes, ou seja, no campo da cidadania, da educação, da laicidade, da igualdade e não discriminação, da liberdade de pensamento e de consciência.

3.3. "Objectivos do centenário"

Como já se referiu, as comemorações do centenário da República não devem limitar-se à evocação do passado e à valorização da herança republicana. Pelo contrário, devem constituir também um impulso para reformas legislativas e medidas políticas que completem aspectos inacabados do projecto republicano e aprofundem

os seus objectivos nos seus aspectos mais importantes. A construção da República nunca está acabada.

O primeiro objectivo do centenário a este respeito deve ser a preservação da esfera pública, tanto no sentido de espaço comunicacional público livre como no sentido de esfera própria do poder público. Por definição, República tem a ver com a coisa pública ("res publica" em latim). Por isso, o republicanismo é incompatível com os projectos de aniquilação da esfera pública e de privatização do espaço e das tarefas públicas por excelência, por terem a ver com o interesse geral, com a colectividade no seu conjunto.

Assim, entre várias outras sugestões e propostas, vale a pena mencionar aqui algumas ideias suscitadas na Comissão ou apresentadas pelos seus interlocutores:

– no campo das *instituições*: completar os requisitos da laicidade do Estado no campo da separação do Estado e das igrejas e da liberdade e não discriminação religiosa, desenvolver a descentralização territorial, tornar mais exigentes os mecanismos da probidade e da responsabilidade política (por exemplo, rever a lei dos "crimes de responsabilidade" e aperfeiçoar a perseguição penal da corrupção e do tráfico de influências);

– no campo da *cidadania*: aprofundar e agilizar os instrumentos da participação política individual e colectiva, institucionalizar e generalizar os programas de educação para a cidadania, encarar o reconhecimento de direito de voto nas eleições locais a todos os imigrantes que tenham residência estabilizada no País;

– no campo da *educação*: completar os programas de cobertura universal do ensino pré-escolar e do ensino secundário, investir decididamente na qualidade do ensino básico, estabelecer objectivos exigentes para a redução do insucesso e do abandono escolar, valorizar a escola pública como espaço de educação e de socialização e integração social e de promoção da igualdade de oportunidades;

– no campo das *relações sociais*: proceder à revisão do código civil em matéria de relações familiares, tendo em conta as novas realidades sociais, lançar um programa de inclusão social das comunidades imigrantes.

Para dar visibilidade a estes objectivos (e outros julgados apropriados), e às próprias comemorações do centenário da República, poderia pensar-se em adoptar, o mais rapidamente possível, a nível da Assembleia da República e do Governo, um

programa de "objectivos do Centenário", de modo a definir atempadamente o calendário e os meios da sua realização.

Em todo o caso, o centenário da República deveria ser inserido no *maistream* da acção política e governativa até 2010, em tudo o que tenha a ver com a realização do Estado de Direito, com o aprofundamento da democracia e da cidadania, com a coesão social e territorial, com a promoção da igualdade nos planos social, de género e étnico, com a melhoria da qualidade do Estado, com a reforma da justiça, com a modernização do País, com o ambiente e a sustentabilidade ecológica. As diversas reformas em curso na área da educação, da integração social, da melhoria da qualidade da democracia, etc. devem ser compreendidas numa perspectiva de "renovação da República" e integradas no contexto das comemorações do Centenário.

3.4. Reflectir sobre a identidade nacional no tempo da integração europeia e da globalização

A República nasceu simultaneamente como um movimento patriótico de regeneração nacional e de afirmação da soberania nacional (cfr. o episódio do ultimato britânico, bem como a letra do hino nacional) e como uma reivindicação de apropriação do Estado por todos os cidadãos, em pé de igualdade. O Estado pertence à Nação, e não a uma casta, e a Nação é composta por todos os cidadãos, sem distinções de nascimento ou de "status" social.

No entanto, o país e o mundo mudaram radicalmente desde a implantação da República há cem anos. De País atrasado e analfabeto com um grande império colonial, o Portugal reinventado em 25 de Abril de 1974 é hoje um país moderno e cosmopolita, regressado à sua matriz europeia, e integrado nesse grande projecto de integração económica e política que é a União Europeia. O mundo, tendo passado por duas guerras mundiais no decurso da primeira metade do século XX e pela ascensão e queda da utopia colectivista, é hoje um espaço globalizado, tanto em termos financeiros e económicos como em termos culturais.

As migrações fizeram dos países mais desenvolvidos, entre os quais Portugal, sociedades étnica e culturalmente heterogéneas. No caso do nosso País, a par da considerável população emigrada por esse mundo fora – herança de séculos de fuga à

pobreza e ao subdesenvolvimento –, existem agora várias comunidades imigradas, desde os oriundos dos PALOP e do Brasil até aos imigrantes dos países do Leste europeu.

Por isso, as comemorações do centenário da República implicam um debate sobre a identidade nacional, tanto no contexto da integração europeia e da globalização como no contexto das modernas sociedades multi-étnicas e multiculturais. Por um lado, o tradicional quadro nacional da República está em vias de desaparecer, em favor de uma nascente "República europeia", de que o tratado da Constituição europeia – por ora suspenso – constitui a certidão de nascimento. Por outro lado, a tradicional equação entre cidadania e nacionalidade não é mais sustentável, sob pena de afastar da participação na "polis" segmentos consideráveis da população residente de cada país, aliás em crescimento.

A República de hoje tem de incorporar dois factos absolutamente novos: a integração europeia e a imigração. A primeira obriga a testar a democracia republicana num quadro de poder em vários níveis ("multi-level governance"), bem como a coabitação de repúblicas e de monarquias (embora "republicanizadas") no espaço europeu. A segunda obriga a abordar não somente os direitos de cidadania dos imigrantes mas também os dos "novos portugueses" nascidos das comunidades imigrantes. O republicanismo também significa integração e coesão política e social. A exclusão das minorias étnicas e não é compatível com um republicanismo moderno.

Nesse sentido, na agenda das comemorações do centenário da República deveriam figurar iniciativas destinadas a abordar tanto o impacto da integração europeia sobre as instituições e a democracia republicana como os problemas da imigração e das minorias étnicas. Por exemplo, um grande colóquio sobre "imigração e direitos humanos" faria todo o sentido.

3.5. Republicanismo e aprofundamento da democracia

Há um século, as repúblicas eram uma excepção na Europa (Suíça e França) e o sufrágio universal era uma promessa adiada, por efeito do sufrágio censitário e capacitário e pela exclusão do sufrágio feminino. Embora ficando aquém de uma genuína democracia, pela manutenção de limitações ao direito de voto (exclusão dos

analfabetos e das mulheres), a República surgiu para mudar a decadente monarquia constitucional num governo mais representativo e mais responsável.

O golpe militar de 28 de Maio significou o fim do regime liberal representativo e a instauração da ditadura militar, e logo depois, de um regime autoritário, à imagem de outros países europeus, nessa época de profunda crise do constitucionalismo liberal e democrático, instalada desde o fim da I Guerra Mundial. A derrota do fascismo e do nazismo na II Guerra Mundial e a posterior queda dos regimes autoritários generalizaram a democracia liberal-representativa como traço comum à maior parte dos países, entre eles quase todos os países europeus, incluindo em Portugal, com a revolução de 25 de Abril de 1974, após quase meio século de ditadura.

Todavia, desde há muito que se fala na crise de representação das democracias liberais, traduzida no crescimento das taxas de abstenção eleitoral, na progressiva desafeição dos cidadãos em relação à acção e à participação política, na progressiva instalação de uma "democracia de baixa intensidade", na frequente emergência de movimentos extremistas e populistas que ameaçam a estabilidade e a própria existência da democracia.

Por isso as comemorações do centenário da República devem proporcionar uma oportunidade para debater a contribuição do republicanismo para a superação do défice de participação democrática contemporânea e para melhorar a qualidade da democracia (cfr. Anexos, *Documento II/4*), mediante a avaliação e o eventual aperfeiçoamento dos mecanismos da democracia eleitoral, o reforço dos instrumentos da democracia semidirecta (referendos) e da democracia participativa, sobretudo a nível local, e o fortalecimento dos meios e instrumentos de transparência e de prestação de contas dos órgãos e titulares do poder político.

3.6. O segundo século da República

Tanto como evocar e visitar o projecto republicano e avaliar as realizações e os insucessos de um século de República (incluindo o seu "sequestro" durante a ditadura salazarista), as comemorações do Centenário constituem uma ocasião privilegiada para reflectir sobre os próximos cem anos da República e perspectivar o

seu aperfeiçoamento. A República tem futuro e o futuro do País só pode estar na República.

Não se trata propriamente de um exercício de prospectiva, mas sim de levantamento dos desafios que se levantam ao País nos próximos 100 anos, em termos de identidade nacional, de progresso económico-social e cultural e, sobretudo de cidadania e de edificação do Estado de Direito.

A história da República mostra que não basta ter objectivos virtuosos e vontade de os levar a cabo. Sem criar as devidas condições económicas, sociais e culturais, e sem montar as soluções institucionais adequadas, as construções políticas, por mais virtuosas que sejam, não conseguem realizar os seus objectivos. Os desafios de hoje em dia não são somente os da cidadania e da qualidade da democracia. São também os problemas da sustentabilidade do Estado social e dos direitos sociais que o integram (segurança social, saúde, ensino), as ameaças ambientais (o efeito de estufa e o aquecimento climático), as questões da coesão social em sociedades divididas, da coesão territorial perante as assimetrias de desenvolvimento e o esvaziamento do mundo rural, dos novos conflitos de base religiosa e civilizacional, da invasão da esfera pessoal e privada pelos novos meios electrónicos, da degradação urbana e a "guetização" dos subúrbios, da segurança perante novas ameaças (terrorismo, violência urbana e suburbana), etc.

Um republicanismo moderno terá de saber responder a estes desafios, de forma a contribuir para a paz e para a segurança internacional, a preservar e a melhorar a liberdade, a segurança pessoal e o bem-estar, a aprofundar a democracia e o Estado de direito, a assegurar a coesão social, a garantir um desenvolvimento ambientalmente sustentável. Nenhuma dessas questões deste início do século XXI pode estar ausente do debate acerca do segundo século da República Portuguesa. Celebrar o primeiro centenário da República é também questioná-la sobre a sua capacidade, e apetrechá-la com os meios, para dar resposta adequada aos problemas e desafios de segundo século.

4. Âmbito e duração das comemorações

4.1. Âmbito nacional das comemorações

As comemorações do centenário da República não podem circunscrever-se à cidade de Lisboa e arredores. Elas devem ter uma dimensão verdadeiramente nacional, incluindo as duas regiões autónomas e os municípios, e mesmo internacional, envolvendo os países da CPLP e as comunidades portuguesas da emigração.

Por um lado, além das iniciativas nacionais a realizar em Lisboa, devem ser organizadas iniciativas itinerantes, que percorram o país, como exposições, espectáculos, etc. Por outro lado, devem ser fomentadas e apoiadas as iniciativas regionais e locais, tanto as organizadas pelos poderes públicos (entidades regionais, municípios), quer as desencadeadas por organizações da sociedade civil. Como se referiu acima, as escolas, instituições e colectividades devem ser plataformas privilegiadas de organização de iniciativas.

As comemorações do centenário da República não podem esquecer as comunidades portuguesas no exterior, incluindo os milhões de lusodescendentes, especialmente nos países tradicionais de emigração (Brasil, Venezuela, Estados Unidos e Canadá., Africa do Sul, Europa). Essa ligação deve passar, entre outras coisas, pela organização de iniciativas nos países de residência, mas não só. Por exemplo, poderia pensar-se num congresso "luso-português" sobre os problemas das comunidades portuguesas da emigração e lusodescendentes.

O mesmo se deve dizer dos estrangeiros que se interessam pela língua e pela cultura portuguesas, como sucede com os alunos das escolas portuguesas e dos leitorados universitários no estrangeiro, bem como os alunos das escolas diplomáticas estrangeiras que estudam língua e cultura portuguesas. O Instituto Camões e o Ministério dos Negócios Estrangeiros podem ter aqui um papel relevante.

Quanto aos espaços das comemorações, elas devem ser virtualmente ubíquas. Para além dos locais e espaços "naturais" de Lisboa (Presidência da República e Assembleia da República, Rotunda do Marquês de Pombal e outros locais dos

eventos revolucionários, museus e espaços públicos), também os paços municipais, as praças "da República" e ruas "5 de Outubro" por esse país fora, as escolas, as sedes de colectividades populares, etc., podem e devem ser espaços de comemoração do centenário da República.

O espaço de referência permanente das comemorações poderia coincidir com a sede e instalações da Comissão Nacional das Comemorações do Centenário, se for possível destinar-lhe um edifício condigno, de fácil acesso, onde fiquem disponíveis também os serviços de informação, as lojas de venda de livros e artigos relacionadas com as comemorações, um centro multimédia, cafetaria, restaurante, etc. Preferivelmente deveria dispor também de salas de exposições e de auditórios para conferências, colóquios e concertos. Desse modo, poderia funcionar como o centro visível das actividades do Centenário.

4.2. Duração das comemorações

É evidente que o ponto alto das comemorações do centenário da República tem de ocorrer no dia 5 de Outubro de 2010 (que é uma terça-feira) e nos dias que o precedem (o fim-de-semana de 2 e 3 de Outubro e a possível "ponte" do dia 4). É nesses dias que devem ocorrer as grandes cerimónias oficiais e as principais manifestações públicas. A semana anterior é a altura indicada para as principais iniciativas científicas e culturais (congressos e colóquios) e festivas (concertos, regatas, etc.).

Mas ninguém certamente defende que o tempo das comemorações se esgote nesses dias. Os exemplos comparados, como as comemorações dos bicentenários da independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa, prolongaram-se por períodos bem mais amplos (22 meses nos Estados Unidos e 12 meses na França). Mesmo descontando a diferente dimensão, também no caso português a duração das comemorações deve corresponder ao ciclo temporal do evento comemorado, no caso a revolução republicana.

Existem várias possibilidades de opção quanto a esta matéria. Numa primeira versão, as comemorações poderiam desenrolar-se durante um ano, com início a 5 de Outubro de 2009 e termo em 5 de Outubro de 2010 (numa variante mais curta, poderiam começar somente a 31 de Janeiro de 2010, no Porto, aproveitando a

comemoração da primeira tentativa de revolução republicana, em 1891). Numa versão mais ambiciosa, as comemorações poderiam estender-se por dois anos, desde 5 de Outubro de 2009 até 5 de Outubro de 2011, centenário da investidura do primeiro Presidente da República, Manuel de Arriaga, que marca o fim do período transitório pós-revolucionário e a definitiva institucionalização do novo regime, tendo pelo meio o centenário da aprovação da Constituição republicana (21 de Agosto de 2011), que legitimou e institucionalizou a revolução republicana.

Nesta versão mais longa, o prolongamento das comemorações permitirá acompanhar o "ano I" da República, designadamente as principais medidas políticas e legislativas que criaram a ordem política e jurídica que no fundamental ainda hoje é a nossa (leis da família, separação do Estado e das igrejas, lei do registo civil, fim das ordens e dos títulos nobiliárquicos, aprovação dos novos símbolos nacionais, reforma do ensino superior, etc. etc.). Durante esse período poderiam realizar-se algumas das manifestações científicas relacionadas com esses eventos, designadamente o colóquio sobre a "Constituição de 1911 e o constitucionalismo republicano". Numa variante mais curta deste segunda opção, as comemorações poderiam prolongar-se somente até ao centenário da aprovação dos símbolos nacionais, por decreto da Assembleia Constituinte, de 19 de Junho de 1911.

No entanto, para além dessa opção sobre a duração das comemorações, as demais decisões de fundo – designadamente sobre a estrutura orgânica, o financiamento e o seu programa básico – têm de ser tomadas quanto antes. Por isso, a decisão política sobre as comemorações e a nomeação da Comissão nacional devem ocorrer com a maior antecedência possível. No caso do bicentenário francês a "Missão" foi nomeada em Setembro de 1986, dois anos e três meses antes do início das comemorações, mas o relatório final da mesma assinala que o tempo escasseou.

Nos três anos que nos separam do início oficial proposto para a inauguração das comemorações propriamente ditas (5 de Outubro de 2009) há que programar e organizar as comemorações, lançar os concursos de iniciativas e realizações, encomendar estudos e projectos de investigação, planificar edições e projectos culturais e artísticos, conceber e lançar instituições que hajam de ser criadas, decidir e desencadear obras que hajam de ser edificadas, contactar e garantir participações nas manifestações que requerem grande antecedência (por exemplo, uma regata

internacional de grandes veleiros), nomear os comissários e responsáveis individuais das iniciativas de maior fôlego, etc. etc. Num projecto destes (se se quiser que ele seja ambicioso) há muitas coisas que perdem pela demora.

Entretanto, poderiam ir sendo devidamente assinalados (com exposições, colóquios, edições, etc.) alguns eventos históricos anteriores a 5 de Outubro de 1910 que tiveram relevo no caminho para a revolução republicana, como, por exemplo, a greve académica de 1907, a vitória republicana nas eleições municipais de Lisboa em Novembro de 1908, o congresso de Setúbal do Partido Republicano de Abril de 1909. O mesmo se diga das comemorações anuais, tanto do 5 de Outubro como da falhada revolução de 31 de Janeiro de 1891, durante os próximos anos, até ao início do período oficial das comemorações do Centenário.

5. Organização e financiamento das comemorações

5.1. A decisão política sobre as comemorações

Pelo seu carácter eminentemente nacional, as comemorações do centenário da República devem dispor da mais elevada legitimação política nacional, envolvendo os três órgãos de soberania com competências políticas.

Assim, é de sugerir que as comemorações sejam adoptadas mediante resolução da Assembleia da República, sob proposta do Governo, após a devida concertação institucional com o Presidente da República. Tal resolução, a ser adoptada quanto mais cedo possível, estabelecerá o sentido e os objectivos fundamentais, bem como a sua calendarização essencial, deixando para o Governo a concretização do plano, bem como a instituição das respectivas estruturas executivas.

5.2. Desconcentração e descentralização das comemorações

No entanto, devendo ser decididamente nacionais, é impensável centralizar e concentrar todas as comemorações a nível de uma comissão nacional "ad hoc". Seguramente que esta tem de existir, com o seu programa próprio, e sobretudo com funções de dinamização e de coordenação geral. Mas, como se referiu acima, as comemorações devem ser amplamente desconcentradas e descentralizadas.

Por um lado, as instituições do Estado mais ligadas à história da República ou que melhor a representam, podem e devem organizar as suas iniciativas próprias. Isso vale por exemplo para a Presidência da República (e o seu Museu), para a Assembleia da República, para as Forças Armadas, para a Guarda Nacional Republicana, para as instituições públicas nascidas com a República (Universidades de Lisboa e do Porto, Museu Nacional de Arte Contemporânea – hoje Museu do Chiado). Seria, aliás, conveniente que cada uma dessas instituições e cada um dos ministérios nomeasse em tempo útil a sua própria comissão, ou comissário, para as comemorações, os quais deverão articular ideias e projectos com a Comissão nacional.

Por outro lado, como se viu no capítulo anterior, as comemorações devem também ser descentralizadas ao nível das colectividades territoriais, a começar

evidentemente pelo Município de Lisboa, em cujos paços municipais foi proclamada a República na manhã de 5 de Outubro de 1910 (sem esquecer o município de Loures, e vários concelhos da margem sul do Tejo, onde a República foi pacificamente proclamada na véspera...). No entanto, é mais do que justificado que haja iniciativas próprias em cada uma das regiões autónomas, organizadas pelos respectivos órgãos de governo próprio, bem como a nível dos municípios, podendo a Associação Nacional de Municípios ter aqui um relevante papel de dinamização e de coordenação das iniciativas municipais, bem como de articulação com a comissão nacional.

Entre as ideias sugeridas a este respeito contam-se a de incentivar os municípios a inventariarem o seu património republicano (episódios, personalidades, toponímia, etc.) e a tomarem a iniciativa de publicações, exposições, manifestações culturais, etc. Os municípios natais de personalidades eminentes do pensamento, da cultura ou da política republicana (por exemplo, os presidentes da República) têm uma oportunidade de recordar e valorizar esse património.

5.3. A Comissão nacional para as comemorações

Compreensivelmente, apesar da desconcentração e da descentralização, é necessário instituir estruturas de missão para organizar e coordenar todo o programa nacional de comemorações.

Desnecessário se torna dizer que deve haver a nível do Governo um ministro responsável pela orientação e tutela das comemorações do Centenário, por expressa indicação legal ou por delegação do Primeiro-Ministro. A Comissão nacional das comemorações deve estar sob sua tutela e responder perante ele.

A forma dessa estrutura pode ser muito variável, conforme as preocupações e os critérios escolhidos. Nos documentos anexos ao presente relatório são apresentadas duas variantes assaz distintas da comissão nacional (Anexos, *Documento III/1*, *Documento III/2* e *Documento IV/3*). Nesta matéria convém deixar ao Governo uma ampla margem de discricionariedade.

No entanto, afigura-se que, a par da estrutura de programação e de execução (*Comissão Nacional*, propriamente dita), de natureza essencialmente operacional, dotada dos necessários serviços de apoio administrativo e técnico, a organização das

comemorações deve envolver as principais figuras do Estado. Assim, para além do Presidente da República, a quem deve caber o alto patrocínio das comemorações, deveria também existir uma *comissão de honra*, compreendendo o presidente da Assembleia da República, o primeiro-ministro, os ministros mais directamente envolvidos nas comemorações, os presidentes das assembleias regionais, da ANMP e do município de Lisboa, etc.

Poderia também pensar-se numa *comissão consultiva*, composta por personalidades e representantes de instituições especialmente qualificadas nas várias áreas de incidência das comemorações.

Como se viu anteriormente, as iniciativas oficiais não esgotam as comemorações do primeiro centenário da República. Por isso, é de prever a constituição de uma *comissão nacional cívica* de dinamização e coordenação das várias iniciativas extra-oficiais, a qual pode aliás cooperar com a Comissão nacional oficial para articular as respectivas iniciativas.

Além das estruturas de âmbito nacional, podem e devem constituir-se comissões locais, se as condições o aconselharem, tanto no País como no estrangeiro (caso do Brasil, por exemplo).

5.4. Financiamento

Sem meios financeiros adequados, não é possível organizar condignamente as comemorações do centenário da República. Por isso, é necessário mobilizar e garantir antecipadamente os recursos humanos e financeiros necessários para uma comemoração ambiciosa. Sem prejuízo do financiamento de muitas iniciativas por parte das próprias instituições que as organizam, sejam públicas (Presidência da República, Assembleia da República, ministérios, institutos públicos, municípios, museus, universidades, etc.), sejam privadas (associações, fundações, etc.), têm de haver um orçamento próprio, gerido pela Comissão nacional, que disponibilize os necessários recursos financeiros para custear as iniciativas nacionais próprias e para co-financiar projectos locais ou sectoriais dignos de apoio.

O financiamento não pode estar inteiramente dependente do orçamento do Estado, se bem que a importância das comemorações não se compadeça com excessivas restrições orçamentais. Mas para além das dotações orçamentais há que

contar com os patrocínios privados (empresas, fundações, etc.) e com o "merchandising" de materiais produzidos pela Comissão nacional ou por encomenda sua (símbolos, moedas, medalhas, selos, publicações, artigos de "stationary", sacos, "t-shirts", etc. etc.). Para isso, há que atempadamente encomendar o logótipo e o design dos materiais comemorativos e programar a respectiva produção e comercialização.

Quanto à contribuição financeira privada, no caso do bicentenário da Revolução francesa, um conjunto de grandes empresas (públicas e privadas) constituiu uma associação para assegurar o financiamento de uma parte importante dos respectivos gastos, tendo contribuído com 9 milhões de francos. No caso dos Estados Unidos, algumas grandes empresas contribuíram com muito dinheiro para financiar projectos específicos (por exemplo, uma empresa petrolífera despendeu mais de 9 milhões de dólares para pagar os célebres "minutos do Bicentenário", emitidos pela CBS-TV). Não existe razão para que em Portugal, salvaguardadas as devidas proporções, não seja possível conseguir resultados semelhantes. O centenário da República também pode ser um bom investimento...

5.5. Controlo e balanço das comemorações

A Comissão nacional das comemorações deve ser dotada da necessária autonomia, em termos administrativos e financeiros, sem prejuízo da monitorização e controlo do Governo (através do Ministro designado para esse efeito) e do controlo parlamentar da Assembleia da República sobre uma e outro.

Embora sendo um organismo de natureza administrativa, a Comissão deveria fixar sujeita predominantemente a instrumentos de direito privado, para lhe conferir maior agilidade e flexibilidade, sem prejuízo das regras respeitantes ao recrutamento de pessoal, à contratação pública, ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e a outros mecanismos incontornáveis relativos à transparência e à responsabilidade da Administração pública.

Para além dos seus relatórios anuais, desde a sua entrada em funcionamento até ao encerramento das comemorações, a Comissão deve ficar incumbida de elaborar, no termo dos seus trabalhos, um *relatório final* sobre as mesmas, a remeter ao Governo e à Assembleia da República. Além da sua função de balanço e prestação de

contas, tal relatório constitui um importante aspecto do legado das comemorações para o futuro (à imagem do que foi feito, por exemplo, nos Estados Unidos e na França, a propósito das comemorações dos respectivos bicentenários¹)

O mesmo vale dizer para a recolha e organização do *espólio documental* da Comissão e das comemorações, em geral, que deve ficar acessível num arquivo público (há uma proposta para ser no Museu da República e da Resistência – v. *Anexos – Documento III/1*). Os que vierem a ter a seu cargo as comemorações do II centenário da República, em 2110, agradecerão esse cuidado. Além dos historiadores, evidentemente...

¹ Ver, respectivamente, *The Bicentennial of the United States of America: a final report to the people*, 1977; e Jean-Noel Jeanneney, *Le bicentenaire de la Revolution Française*, Paris, La Documentation Française, 1990. Infelizmente, não pudemos ter acesso ao primeiro destes relatórios.

Anexos

I. Roteiro ordenado das propostas relativas projectos e iniciativas das comemorações

Síntese de Propostas

PATRIMÓNIO Intervenções estruturais

SOCIEDADE Intervenções estruturais

MUSEUS

EXPOSIÇÕES

EVENTOS / ESPECTÁCULOS

MEDIA

OUTRAS INICIATIVAS

II. Contribuições individuais dos membros da Comissão

1. Contribuição sobre projectos na área da história (António Reis)

História da república e do republicanismo

O presente contributo sectorial abrange exclusivamente os projectos a desenvolver a nível nacional no âmbito da investigação e divulgação da História da República e do Republicanismo, com a participação da comunidade académica e científica e dos organismos culturais do Estado. Não inclui, por isso, projectos a desenvolver especificamente no campo da divulgação junto das escolas ou através dos media, sem prejuízo de umas e outros deles poderem beneficiar, projectos esses que constarão de outros contributos parcelares.

Os projectos a seguir discriminados resultaram das sugestões quer dos membros da Comissão, quer de várias das personalidades ouvidas nas sucessivas audições que tiveram lugar.

1. Edições/ Publicações.

1. 1. Dicionário de História da I República e do Republicanismo.

Este dicionário virá preencher uma enorme lacuna da História do Século XX no âmbito deste género fundamental de obras de apoio à investigação e divulgação. Existindo já um Dicionário da História do Estado Novo em 2 vols. (Círculo de Leitores, dir. de Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito), não faz sentido que ainda não se tenha avançado com a publicação de instrumento bibliográfico semelhante para a I República e o Republicanismo. As comemorações do Centenário da República apresentam-se, por isso, como a ocasião ideal para o lançamento de tal dicionário, urgindo dar início desde já à sua preparação.

Consciente dessa necessidade, o Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, conhecedor da proposta formulada no âmbito dos trabalhos da Comissão, convidou os centros de investigação de História Contemporânea das Universidades públicas para a apresentação de um projecto conjunto a ser financiado pela Assembleia da República, pela Fundação para a Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e do Ensino Superior. Obtida a resposta positiva de todos os centros existentes, deu-se já início aos trabalhos. Em

reunião entretanto realizada com o Presidente daquela Fundação foi já garantido o maior empenhamento oficial no apoio a este projecto. Para a edição dos volumes que dele resultarão poderá eventualmente recorrer-se à linha editorial da Assembleia da República.

1.2. Colecção “Centenário da República”.

Esta colecção, que teria a chancela da futura comissão oficial, deveria integrar obras de reconhecido mérito científico, a começar pelas dissertações de mestrado e doutoramento sobre temas relativos à história da República e do republicanismo. Foram já contactadas várias universidades públicas com vista à inventariação das teses inéditas susceptíveis de integrar uma tal colecção. Poderia ainda incluir uma antologia de textos fundamentais sobre a República e o Republicanismo. Uma série de biografias dos principais vultos republicanos poderia constituir outra das áreas desta colecção. A reedição fac-similada das principais revistas político-culturais do movimento republicano e da República, projecto em curso mediante uma parceria entre o Centro de História da Cultura da UNL, a Biblioteca Nacional e a Fundação Mário Soares, poderia eventualmente integrar também esta colecção.

2. Prémio “Centenário da República”.

Este Prémio destinar-se-ia a galardoar as melhores obras de investigação sobre a história da República e do Republicanismo, bem como sobre o seu pensamento e sistema de valores ético-políticos, abarcando por isso dois domínios: o historiográfico e o do ensaísmo ético-político. Seria financiado pela Comissão oficial com eventual recurso ao mecenato cultural. O júri seria designado também pela Comissão oficial, ouvido um conselho científico que se venha a formar no seu âmbito.

Outros prémios poderiam ser atribuídos por iniciativa de outros organismos, como o próprio MNE para a área da história da política externa e da diplomacia do regime republicano.

3. Congresso Internacional.

Um grande Congresso Internacional que reunisse a nata dos investigadores nacionais e estrangeiros da História da I República e do republicanismo, apostando não apenas na História nacional mas também na História comparada, deveria ser

uma dos pontos altos das comemorações no próprio ano de 2010. O consórcio dos centros de investigação de história contemporânea das universidades públicas aqui já referido mostra-se também disposto a comissariar esta iniciativa. A Assembleia da República poderia organizar este congresso na sala do Senado, no âmbito do seu próprio projecto de comemorações.

4. Colóquios temáticos

A realização do Congresso Internacional não seria impeditiva da promoção paralela, entre 1909 e 1911, de uma série de colóquios temáticos, a organizar em parceria com diversas instituições e não necessariamente de âmbito universitário. Neste campo as associações de natureza cívica e cultural teriam uma palavra importante a dizer.

5. Exposições

Uma grande exposição nacional sobre a história da República e do Republicanismo, da responsabilidade da Comissão oficial das comemorações, deverá coexistir com exposições sectoriais e temáticas a organizar em parceria com instituições culturais do Estado, nomeadamente museus, arquivos e bibliotecas, a Presidência da República e a Assembleia da República.

A Exposição Nacional deveria partir do espólio iconográfico entregue por António Pedro Vicente ao futuro Museu da República de Aveiro, complementando-o com fotografias do Centro Português de Fotografia e outros materiais a recolher em diferentes instituições museológicas e outras. O consórcio de centros de investigação das universidades públicas mostrou-se disponível para comissariar esta exposição, que deverá ser concebida de molde a facilitar a itinerância. Também se poderia contar com o empenhamento da Assembleia da República.

O Museu da Imprensa poderia organizar uma exposição sobre a República vista pela imprensa. O Centro Português de Fotografia mostrou-se disponível para organizar uma exposição das fotografias de Aurélio Paz dos Reis sobre os grandes momentos do movimento republicano do 31 de Janeiro ao 5 de Outubro, além de uma exposição com fotos de Joshua Benoliel sobre “um dia na vida de Teófilo Braga”. As bibliotecas públicas e a Biblioteca Nacional seriam convidadas a organizar exposições bibliográficas sobre a História da República e do Republicanismo.

Columbano Bordalo Pinheiro justificaria só por si uma importante exposição, acompanhada de catálogo adequado e outra documentação e de um “circuito de

visita”, tal como proposto no documento anexo de Raquel Henriques da Silva. Os museus municipais poderiam, por seu lado, organizar exposições com documentação relativa ao movimento e ao regime republicano nos respectivos concelhos.

6. Portal electrónico.

Um portal na Internet de apoio à investigação e divulgação da história da República e do Republicanismo é outro projecto imprescindível nos dias de hoje. O portal deveria conter páginas relativas aos seguintes pontos:

- fontes primárias, espólios, arquivos e fundos arquivísticos, fontes periódicas, bibliografia, incluindo teses inéditas

- cronologia

- biografias

- iconografia, incluindo a que fosse possível recolher por apelo ao público, funcionando nesta parte como um verdadeiro museu virtual.

Deveria igualmente promover um fórum de debate permanente.

Um tal portal não substitui, porém, o portal oficial da Comissão, de carácter mais informativo sobre o programa das comemorações, podendo, no entanto, ser conectado através deste.

A rede de centros de investigação das Universidades públicas está igualmente em condições de assegurar a criação deste portal.

Lisboa, 6 de Junho de 2006

António Reis

2. Ideias para as Comemorações do Centenário da República (Inês Pedrosa)

Neste conjunto inicial de propostas, sugiro uma divisão em três áreas-projecto: República e Cidadania (com uma vocação marcadamente pedagógica e presente), Memória da República (com uma vocação essencialmente reflexiva e teórica) e República do Futuro (com uma vocação essencialmente construtiva, partindo da «aprendizagem» efectuada nos anteriores módulos).

1 – Projecto República e Cidadania

a) Vertente Educação

- Inclusão do estudo da Constituição Portuguesa na disciplina de Educação para a Cidadania, desde o ensino básico. Numa fase posterior, incluir-se-ia o estudo comparado das Constituições de outros países;

- Concurso de exposições escolares sobre leis da República e exemplos de cidadania.

b) Vertente Media

- série de curtas reportagens de televisão com políticos e outros responsáveis por órgãos de poder (deputados, ministros, secretários de estado, dirigentes partidários, juízes - de todo o tipo de tribunais - membros de ONGs, etc.) explicando as suas funções e o seu trabalho;

- série de curtos depoimentos (um minuto) de figuras públicas empenhadas em trabalho social/ voluntariado. A emitir em horário nobre (entre telejornal e novela).

c) Vertente Edição

- Encomenda e edição de obras sobre os temas da Cidadania e Intervenção Cívica a especialistas

d) Vertente Reflexão

- Conferência sobre “República e Cidadania hoje” (com especialistas portugueses e estrangeiros)

e) Vertente Exposição

- Série de painéis/ obras de arte baseadas nos artigos da Constituição, a expor em sítios públicos (Lisboa/Porto/Coimbra)

2 – Projecto **Memória da República**

a) Vertente Educação

- concurso de exposições escolares sobre a História da República / grandes figuras (Homens e Mulheres) da República

b) Vertente Media

- série documental de televisão sobre a História da República
- série ficcional de televisão em torno da revolução de 5 de Outubro

c) Vertente Edição

- edição de estudos/ ensaios sobre a História da República

d) Vertente Reflexão

- conferência sobre História da República
- conferência sobre a República e a Igreja
- conferência sobre a República e as Mulheres

e) Vertente Exposição

- Grande exposição em Lisboa sobre os primeiros cem anos da República (geral, popular, interactiva)
- Exposição sobre O Tempo da 1ª República (em Portugal e no Mundo)
- Exposição sobre as Mulheres da 1ª República

f) Vertente Espectáculo

- ópera da época
- revista sobre a 1ª República (incluindo trechos de revistas da época)

3. Projecto República **do Futuro**

a) Vertente Educação

- concurso de trabalhos escolares – nas escolas públicas – sobre: "Se eu fosse Presidente da República/ 1º Ministro"

- Maratona da República (com atletas adultos)
- Mini-Maratona da República (com jovens atletas)

b) Vertente Edição

- Edição de ensaios sobre o presente e o Futuro de Portugal, nas mais variadas áreas (Educação/ Economia/Cultura/ Justiça, etc.)

c) Vertente Urbanística

- Criação de novos pólos museológicos e culturais (p. ex., no Terreiro do Paço)

12 de Fevereiro de 2006

Inês Pedrosa

3. Contribuição para as comemorações do Centenário da República – texto para discussão (Madalena Torres)

(Para discussão na 3ª reunião da Comissão)

Eixo 1

Comemorações = Marco.

Oportunidade para realizar investimentos estruturais de que o país está carenciado, com grande liberdade temática.

Associação à República através do momento e, eventualmente, de intervenções conjunturais.

Vantagem

- Criação de novos pólos de interesse (conhecimento, turístico...);
- Investimentos justificados pela sua necessidade intrínseca;
- Maior capacidade de mobilização das diversas entidades (agenda e financeira – custos de investimento e de gestão posteriores);
- Maior capacidade de mobilização de públicos.

Eixo 2

Iniciativas ligadas directa ou indirectamente ao tema da Implantação da República, numa perspectiva histórica, significado actual, etc.

Intervenções de natureza conjuntural (exposições, festivais, etc.).

Vantagem

- Sintonia temática entre as diversas iniciativas;
- Chamada de atenção para o evento/ período que se comemora.

Os 2 eixos são complementares!

Ponto Prévio

As propostas de trabalho a seguir apresentadas estão centradas em Lisboa.

Sem prejuízo da capital merecer de uma atenção especial e dispor de maiores recursos (financeiros e outros), tem que se assegurar uma abrangência nacional efectiva das comemorações: 18 Distritos + 2 Regiões Autónomas = 20 marcos das comemorações.

PROPOSTA 1) Objectivo: Reforço da identidade e estima nacional
Abrir horizontes

TEMA: A VIVÊNCIA DOS OCEANOS – O que se pretende?

- Dar conhecer de forma integrada e pluridisciplinar a experiência dos portugueses através os Oceanos (o que fomos, quem somos) e o que podemos ser.

Criar um centro de conhecimento de excelência:

- 1ª globalização – descobrimentos.
- desbravar novas áreas do conhecimento científico; estimular a inovação.

- Gerar nas gerações mais novas o orgulho do nosso passado, conhecer os traços que marcam a nossa diferença, proporcionar experiências/ despertar para novas áreas do conhecimento.

- Criar uma instalação de grande relevância no plano internacional (*):

- que gere fluxos turísticos próprios;
- marque o nosso território de marca, suporte as nossas competências

Localização: Doca Pesca (**)

Trata-se de criar Centro de Conhecimento, com 2 pólos:

1) DESCOBRIMENTOS

- Grande instalação concebida com grande modernidade e criatividade, desenvolvida em torno dos caminhos dos oceanos e do encontro de culturas (vivências, ciência, arte, língua...) que os mesmos proporcionaram;
- Reconstituir os caminhos dos Portugueses e a sua importância global. Recriar vivências. Destacar os nossos contributos para o progresso geral – ciência, Botânica.
- Exposição de peças (coleções) de grande relevância histórica, contextualizadas na lógica referida anteriormente;
- Proporcionar experiências através de audiovisuais, realidade virtual, materiais interactivos...; Aproveitar os materiais de elevadíssima qualidade existentes; ex: filme produzido no âmbito da Expo 98 – chegada dos Portugueses ao Japão)
 - Importante: criar pólos c/ ganchos de atracção para comunidades estrangeiras (Japão, China, Índia...).

2) OCEANOS

- Criar um centro vivo de ciência, de conhecimento/ investigação dos oceanos
Destaques : oceanografia, biologia, robótica subaquática, ecologia, ...
- Proporcionar experiências fortes e envolventes :
 - nos diversos domínios do conhecimento dos oceanos,
 - com diferentes níveis de profundidade,
- adaptadas aos diversos públicos (infantil, adulto, com formação básica, especialista...)
- através de audiovisuais, realidade virtual, exploração/ reconstituição de ambientes, visitas a equipamentos ...

Referências :

- Planetário de Nova Iorque
- Bergen – laboratório / metade transparente para se ver em acção

(*) *A Espanha tem-no feito com grande sucesso*

(**) *A recuperação da Doca Pesca faz parte do programa da ATL e CCDR de Lisboa*

Importante :

- Incluir componente lúdica; ex.: parque temático crianças (apoiar estabelecimentos ensino / atrair turismo famílias) ...

PROPOSTA 2) Objectivo: “Conquistar” o Terreiro do Paço

Construir sobre as propostas existentes:

- Estruturar terreiro central
- Criar continuidade com a R. Augusta (condicionar trânsito no eixo central)
- Criar centros culturais e de animação
- Garantir a conclusão das obras do metro

Lançar concurso de ideias internacional limitado aos grandes nomes para criação de um marco que comemore a República

- Tem que ter força mobilizadora própria (ex.: pirâmide do Louvre)
- Ser estruturante no papel de “humanização” e vivência da praça

PROPOSTA 3) Objectivo: “Conquistar” o Terreiro do Paço

Relançar um projecto criado com a República

MUSEU NACIONAL de ARTE CONTEMPORÂNEA

Transferir e ampliar o MUSEU do CHIADO

Fundamentação:

Desenvolver um projecto que nasceu com a república:

- Criado em 1911
- Objectivo – cobrir a arte contemporânea, até 50 anos antes da implantação da República
- Instalado provisoriamente no Chiado
- Instalações actuais manifestamente insuficientes

Proposta:

- Criação de um Museu de Arte Contemporânea no Terreiro do Paço
- Implantação de outros equipamentos culturais e de animação nas áreas adjacentes.

Localização – Terreiro do Paço

Proposta 4) Objectivo: “Conquistar” o Terreiro do Paço
Integrar / reforçar laços multiculturais

ENCONTRO DE CULTURAS

Através das viagens e das vivências dos Portugueses (dos descobrimentos à actualidade):

- conhecer as culturas, as vivências, as expressões artísticas dos povos, as inovações mais marcantes, etc.
- conhecer os “encontros” numa perspectiva histórica – língua, conhecimento,...
- conhecer os “encontros e desencontros actuais”;
- reconstituir vivências, proporcionar experiências multiculturais do passado à modernidade.

Criar Museu de Artes Decorativas

- Mobiliário, Cerâmica/ porcelana, vidro, joalharia ...

Colecção do Museu de Arte Antiga (excepto pintura e escultura) + colecções privadas

- Recurso a audiovisuais, “encenação”, realidade virtual, etc.

Integrado num Centro de Encontro de Culturas

- Composto por:

- Biblioteca do Mundo Português?

- Centro de exposições temporárias

- Espaço de conferências /debate,

- Centro de animação: restaurantes multiculturais, salas para pequenos concertos /música, mercados, livraria, etc.

Localização – Terreiro do Paço

PROPOSTA DE EVENTOS E EXPOSIÇÕES

Objectivo: Celebrar a República

1) Encontro Mundial de Tall Ships

Encontro Mundial de Navios Escolas, do tipo da Sagres.

Iniciativa de grande espectacularidade.

Potenciada se conjugada c/ a intervenção na Doca Pesca ou no Terreiro do Paço.

2) Exposição Modernismo e futurismo (*)

A arte na época da implantação da república: os Portugueses e os estrangeiros

Exposição c/ impacto internacional a ser negociada com empréstimos de colecções estrangeiras.

3) Laços e Correntes

Os artistas/ talentos Portugueses Contemporâneos e os seus amigos no mundo

Os actuais e os seus amigos no estrangeiro.

Exposição/ festival c/ impacto internacional

Estruturada por ciclos:

- Pintura / escultura / fotografia / cinema
- Arquitectura
- Música – (fado e seus irmãos: blues, flamengo, tango, sob a forma de festival)
- Colóquios / conferências

Nota: esta iniciativa deve desenrolar-se em diversas cidades:

- ex.: Arquitectura e música no Porto, etc..

4) 100 anos de quotidiano (*)

A sociedade pintada, fotografada, musicada, descrita. Personagens, hábitos e objectos do quotidiano.

Exposição itinerante (principais cidades)

5) As personagens e os locais da república (*)

Criação de uma rota à volta dos grandes vultos e dos “palcos” da república (os espaços dedicados, percursos, casas)

(*) Ideias da autoria do Dr. Miguel Fialho de Brito.

6) Revista

Recriar a época (mas, sem hostilizar a monarquia)

Convidar Filipe La Faria

OUTRAS PROPOSTAS

1) Lançar projecto de Cidadania

Afirmar os valores da República

Objectivo:

- Quebrar a distância dos Portugueses em relação ao seu país:
 - Reforçar sentimento de respeito e estima.
 - Introduzir princípios de responsabilidade individual e colectiva.

- Melhorar a convivência colectiva

- Integrar novos cidadãos

Nota:

Fundamental definir marcos e realizações visíveis – âncoras mobilizadoras e indicadores de sucesso.

Projecto a desenvolver num âmbito transversal; importante envolver Ministério da Educação.

2) Celebrar o desenvolvimento republicano...

A República representa um impulso decisivo no desenvolvimento e modernização dos transportes (ferroviário), do sistema de ensino (abertura de diversas escolas), do sistema hospitalar, etc.

Proposta

Efectuar um levantamento dos investimentos públicos previstos nas áreas acima referidas.

Estudar a possibilidade da conjugação de calendários por forma a “integrar” estas realizações no programa de comunicação das Comemorações; ex: TGV, novos hospitais da região de Lisboa, etc.

3) Gerir a Marca Portugal**Proposta - Bandeira Portuguesa**

Lançar debate sobre a proposta apresentada pela BBDO – Dr. Pedro Bidarra – sobre a mudança da bandeira.

Madalena Torres

05.01.2006

4. Contribuição sobre a dimensão política das comemorações do Centenário da República (Vital Moreira)

1. Entendo que as Comemorações devem ter um **forte peso político**, no sentido mais amplo do termo. As comemorações não devem proporcionar uma oportunidade somente para conhecer melhor a história do primeiro século da República, mas também para avaliar as suas realizações e os seus fracassos, para valorizar o projecto republicano na actualidade e para o futuro.

2. Há **cinco aspectos** a relevar:

– Revisitar os valores originários da República em termos de construção do Estado, da democracia, da cidadania, da laicidade, etc.;

– Analisar a construção política e jurídica originária da República, tal como resulta da legislação do Governo Provisório e da Constituição de 1911.

– Assinalar os pontos mais relevantes da história política da República: a revolução e institucionalização do regime (1910-1911); as dificuldades e a queda da I República (1911-1926); a República como oposição (1926-1974); a República restabelecida (1974);

– Avaliar a "filtragem" dos valores da I República na II República em vários aspectos (forma de governo, direitos fundamentais, laicidade, educação e escola, cidadania, etc.);

– Proceder a uma análise sobre a resposta que uma República moderna tem de dar às grandes transformações do "meio ambiente" político sejam elas a integração europeia e a imigração, sejam ela a crise da participação política e a necessidade de melhorar a qualidade da democracia.

3. Do republicanismo à República

Reivindicando-se da trilogia revolucionária francesa da "Liberdade-Igualdade-Fraternidade" – que o constitucionalismo liberal monárquico tinha reduzido ao primeiro termo, numa versão puramente individualista, esquecendo a igualdade e a fraternidade –, o republicanismo histórico manteve desde o início uma clara pulsão democrática e social. Por isso, o republicanismo só se alcança na base das suas relações com o liberalismo, com a democracia e com o socialismo.

Politicamente, o republicanismo é ainda um liberalismo, mas é essencialmente uma ideia de cidadania democrática, baseada na participação individual e colectiva, na igualdade

dos cidadãos perante a lei, na virtude cívica e na responsabilidade democrática dos órgãos e titulares de cargos políticos.

Importa por isso revisitar o discurso teórico sobre o republicanismo e sobre a praxis republicana, à luz das transformações económicas, sociais e culturais contemporâneas. Para efeitos do centenário, de entre as muitas ideias elegíveis, fazem sentido iniciativas como as seguintes:

- Um colóquio específico sobre as relações do republicanismo com o liberalismo, com a democracia e com o socialismo, bem como com o sindicalismo e o movimento operário;
- Monografias sobre a obra dos principais pensadores do republicanismo (como Henriques Nogueira, Teófilo Braga, Emídio Garcia, Teixeira Bastos, Sampaio Bruno, Sebastião de Magalhães Lima, Basílio Teles, etc.);
- Colóquio/exposição sobre as influências externas do republicanismo português, designadamente o pensamento e a experiência da III República Francesa.

3 A República e o constitucionalismo republicano

Todas as revoluções procuram institucionalizar-se rapidamente mediante uma nova constituição e novas leis.

Mesmo antes da sua constitucionalização, a revolução republicana não perdeu tempo em implementar juridicamente as principais medidas do programa republicano. Mal a revolução triunfou, e logo o Governo provisório se lançou numa gigantesca revolução legislativa, que alterou profundamente as instituições e as leis, incluindo as célebres leis da família, do registo civil, da separação da Igreja e do Estado. A aprovação da Constituição republicana, em 21 de Agosto de 1911, culminou o edifício jurídico e institucional do novo regime, onde as novidades não eram somente as novas instituições políticas e o sistema de governo parlamentar estreme, mas também várias outras, como a extinção dos títulos nobiliárquicos, o reconhecimento do "habeas corpus", os crimes de responsabilidade dos titulares de cargos políticos, a plena autonomia municipal e o referendo municipal, etc.

As comemorações da República não podem ignorar esta revolução constitucional e legal. Entre as várias sugestões possíveis nesta área menciono as seguintes:

- Publicação de uma antologia dos principais textos legislativos pós revolucionários;
- Reedição do comentário de Marnoco e Sousa (1913) à Constituição de 1911;
- Colóquio sobre "República e laicismo" no centenário da Lei de separação entre o Estado e a Igreja;
- Colóquio sobre a República e as leis da família, no centenário da publicação destas;
- Colóquio sobre a Constituição de 1911 e o constitucionalismo republicano.

4. A República à prova dos factos

A primeira República não foi vítima somente das conspirações e golpes de Estado dos seus inimigos, ou de factores externos como a Guerra Mundial (em que se sentiu "forçada" a entrar), mas também de factores endógenos, entre os quais a instabilidade congénita do sistema de governo parlamentar, o radicalismo de algumas políticas (como o anticlericalismo), a instabilidade social e a hostilidade do movimento sindical dominado pelo anarco-sindicalismo, a politização dos militares, etc.

As comemorações do Centenário não devem ignorar nem as grandes realizações (ensino, criação de universidades, assistência social, fomento cultural, etc.) nem as suas fragilidades. Entre as muitas ideias possíveis, selecciono um pequeno conjunto:

- Colóquio exposição "A República e a educação"
- Colóquio/exposição "A República e o movimento operário";
- Colóquio/exposição "A República e as mulheres";
- Exposição "A Republica Nova" (sobre Sidónio Pais);
- Exposição "A República na Guerra";
- Exposição/colóquio "Os militares e a República".

5. A República na oposição: a resistência republicana ao Estado Novo

Caída a I República em 1926, foi sempre em nome da República que se travou, primeiro, a resistência à consolidação da ditadura e à institucionalização do Estado Novo e, mais tarde, a resistência ao regime salazarista. Mesmo se a oposição ao regime autoritário se dividiu por várias tendências ao longo do tempo com diferentes graus de adesão à experiência da I República, a verdade é que a referência republicana foi sempre uma plataforma comum, tanto em termos de forma de regime como em termos de luta pelos valores da liberdade, da democracia e da cidadania. Desde as comemorações "alternativas" do 5 de Outubro, passando pelos "congressos republicanos" dos anos 50 e 60 (Aveiro), até ao 25 de Abril de 1974, a referência republicana foi uma componente essencial da luta pela democracia em Portugal.

Por isso, as comemorações do centenário da República não devem excluir essa dimensão da herança republicana. Entre as várias sugestões possíveis contam-se as seguintes (as últimas das quais: fazem parte do programa da Associação "Não Apaguem a Memória"):

- Exposição/colóquio sobre a resistência das forças políticas republicanas à Ditadura militar e à instauração do Estado Novo;

- Exposição/colóquio sobre as comemorações do 5 de Outubro durante o Estado Novo;
- Comemoração do I Congresso Republicano (Aveiro, 1957) e homenagem aos seus promotores;
- Criação de um memorial à resistência antifascista, incluindo os nomes de todas as vítimas políticas da ditadura (mortos e presos);
- Criação de um Museu da Resistência na Cadeia do Aljube em Lisboa.

6. A República restaurada: de 1911 a 1976

A revolução de 1976 e o regime democrático que dela resultou não significaram apenas a re-instauração da República democrática mas também a recuperação de muitos aspectos originários de 1911, tanto no plano dos valores como no plano das instituições, embora com as modificações que as desventuras da I República aconselhavam e as novas circunstâncias históricas impunham.

Por isso, pode fazer todo o sentido que nas comemorações do Centenário da República haja também lugar para tomar consciência das rupturas e continuidades entre a antiga República e a nova República. Entre as sugestões e propostas destaco as seguintes:

- Colóquio/exposição "Como a II República vê a I República";
- Colóquio sobre a influência da Constituição de 1911 na Constituição de 1976;
- Colóquio/exposição sobre a vida e actividade das associações e colectividades cívicas da I República ainda existentes (centros republicanos, etc.);
- Colóquio/exposição "O Grande Oriente Lusitano e a República: de 1910 a 2010".

7. República, democracia e cidadania

Desde há muito que se fala na crise de representação das democracias liberais, traduzida no crescimento das taxas de abstenção eleitoral, na progressiva desafeição dos cidadãos em relação à acção e à participação política, na progressiva instalação de uma "democracia de baixa intensidade", na frequente emergência de movimentos extremistas e populistas que ameaçam a estabilidade e a própria existência da democracia. Por isso as comemorações do centenário da República devem proporcionar uma oportunidade para debater a contribuição do republicanismo para a superação do défice de participação democrática contemporânea e para melhorar a qualidade da democracia.

Entre as muitas iniciativas merecedoras de atenção neste capítulo poder-se-iam enunciar as seguintes:

- Organização de um grande congresso sobre "República e cidadania na actualidade";
- Igualdade política e "acção positiva" à luz dos princípios republicanos;

- Laicidade e "pós-secularismo";
- Encomenda de reflexões sobre temas concretos da filosofia política republicana aos nossos mais credenciados pensadores

Vital Moreira

Setembro de 2006.

III. Contribuições sobre a organização, o calendário e o financiamento

1. Reflexão sobre a organização e o calendário das comemorações (J. Romero Magalhães)

1. Organização

O Governo nomeará por decreto-lei uma Missão Comemorativa do Centenário da República:

A Missão Comemorativa do Centenário da República será composta por duas Comissões: a Comissão Executiva e a Comissão Consultiva.

A decisão governamental sobre a composição das Comissões ocorrerá no segundo semestre de 2006 ou no primeiro semestre de 2007.

Com as nomeações da Comissão Executiva o Governo determinará igualmente o modo de financiamento da Missão bem como a sua ligação hierárquica.

A Comissão Executiva compor-se-á de 5 elementos, três que ficarão a tempo integral [ou com redução de serviço no local de origem] e dois que participarão nas deliberações sem tarefas executivas.

A Comissão Executiva terá um presidente, um vice-presidente, um adjunto e dois vogais, nomeados para a duração da Missão [presumivelmente de 2006/7 a 2011].

Os membros da Comissão Executiva podem a qualquer momento ser exonerados pelo Governo.

O presidente da Comissão Executiva representará externamente a Missão.

O presidente e o vice-presidente terão vencimentos ao nível de Director Geral e de Subdirector Geral; o adjunto do presidente será equiparado a Director de Serviços.[no caso de ser a tempo parcial ter-se-á de estudar a forma de pagamento de senhas de presença]

O adjunto do presidente terá a seu cargo as questões financeiras.

Os dois vogais participam nas deliberações tomadas em reuniões da Comissão Executiva devidamente convocada pelo presidente e terão direito a senhas de presença.

A Comissão Executiva proporá ao governo a contratação ou o destacamento de funcionários administrativos e de secretariado que entender necessário para o seu bom funcionamento, bem como instalações e transportes.

A Comissão Consultiva será composta por representantes da comunidade académica (Universidades do Estado) e por representantes dos organismos que o Governo entender

necessário (p. ex. Câmara Municipal de Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, ANMP, etc.) e será presidida pelo presidente da Comissão Executiva.

A Comissão Consultiva reunirá sempre que a Comissão Executiva o entender e os participantes terão direito a senhas de presença.

A Comissão Executiva poderá propor à Comissão Consultiva a sua organização em comissões para tratar de assuntos específicos [congresso, publicações, pareceres que lhe sejam pedidos pela Comissão Executiva].

A Comissão Executiva apresentará o seu plano de trabalhos e o programa de comemorações à Comissão Consultiva que o discutirá no final do primeiro semestre de 2007 [ou segundo semestre de 2007].

A elaboração definitiva do programa compete à Comissão Executiva que o apresentará ao Governo para deliberação final.

O Governo poderá chamar a Missão a pronunciar-se sobre assuntos que entender serem do âmbito da sua competência [pareceres sobre aquisições, construção de monumentos, etc.].

Caberá à Comissão Executiva realizar o programa aprovado, dando contas ao Governo em relatório fundamentado, no segundo semestre de 2011, aquando da extinção da Missão.

O arquivo da Missão será entregue ao Museu da República e da Resistência.

2. Calendário:

Outubro de 2006: decisão governamental quanto à estrutura da Missão organizadora da comemoração, com inclusão de uma verba no Orçamento do Estado para 2007 [caso isso não aconteça, o mais simples será que a missão fique no seu arranque a ser suportada pela Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

Dezembro de 2006, para ter efeito no começo de 2007: nomeação dos componentes da estrutura da Missão.

Janeiro a Abril de 2007: Instalação da Missão e preparação do Programa a ser aprovado pelo Governo.

Abril a Outubro de 2007: aprovação do Programa pelo Governo.

Reunião da Comissão Consultiva para dar parecer sobre a estrutura organizativa dos Congressos Republicanos de 2010, v. g. *República e Cidadania – um projecto nacional e História da República* .

Começo da preparação da comemoração, nomeadamente a assinatura de contratos e a negociação de protocolos de colaboração com entidades oficiais e particulares.

Proposta de encargos ao Governo para figurar no Orçamento de Estado para 2008 [2009 e 2010].

2. Propostas de estrutura organizativa e de financiamento das comemorações do Centenário (Madalena Torres)

1. Proposta de modelo de organização

(Idêntico ao adoptado na promoção do “Euro 2004”)

Objectivos:

- Assegurar o envolvimento e a mobilização das diversas entidades relacionadas com o programa das Comemorações.
- Assegurar a comunicação e a coordenação entre os diversos intervenientes, procurando gerar sinergias e eliminando disfunções.
- Utilizar e valorizar as competências existentes na Administração Pública.
- Reduzir os custos de estrutura (eliminar os desnecessários).
- Garantir, no momento ulterior às Comemorações, a continuidade e a rentabilização dos investimentos efectuados.

Estrutura com três níveis:

1) Conselho Consultivo

Presidido por S. Exa. o Ministro da Presidência.

Não sendo um órgão executivo, deverá ter uma ampla representação, designadamente:

- Representantes dos diversos Ministérios envolvidos nas Comemorações (nalguns casos ao nível de S.E.).
- Representantes dos Órgãos da Administração Pública com responsabilidades directas no quadro das Comemorações.
- Entidades privadas ou personalidades com apoio relevante ao programa das Comemorações.

Órgão consultivo, cabe-lhe aprovar o programa estratégico das Comemorações (compondo as diversas visões e posições) e acompanhar o programa de execução.

2) Comissão de Acompanhamento

Presidente nomeado por S. Exa. o Ministro da Presidência (preferencialmente representante da entidade central no programa das Comemorações).

Composto por um número restrito de membros (máximo de 5), Directores, designados pelas entidades da Administração Pública que sejam determinantes na realização das iniciativas previstas no plano das Comemorações.

Órgão executivo, reúne ordinariamente cada 15 dias.

Tem a responsabilidade de:

- a) elaborar o plano (iniciativas, calendário, meios, responsabilidades);
- b) executá-lo – de forma directa ou indirecta;
- c) controlar o nível de realização das acções, calendário de execução e orçamento);
- d) prestar informação (designadamente ao conselho consultivo).

3) Equipa Técnica

Corpo técnico dedicado, em exclusivo, à realização do plano das Comemorações.

Reporta ao Presidente da Comissão de Acompanhamento.

Formado, maioritariamente, por elementos, muito competentes, provenientes dos diversos Órgãos da Administração Pública que estejam envolvidos nas Comemorações.

Órgão técnico, com funções operacionais.

2. Modelo de Financiamento

Alguns princípios:

1) Razões de índole financeira não deverão prejudicar o brilho e a dignidade das Comemorações.

Deverá marcar-se o momento com uma grande celebração. Em contrapartida, a selectividade será a regra: poucas iniciativas, marcantes, e de grande qualidade.

2) Não incorrer em gastos

Todas as despesas devem ser reconhecidas facilmente pela opinião pública como sendo investimentos importantes, desejáveis e que acrescentem valor à colectividade.

3) Unir esforços

“Construir” sobre iniciativas programadas por outras entidades, com suporte financeiro minimamente garantido, e que sejam enquadráveis no projecto das Comemorações.

Será, assim, possível alcançar um maior êxito, com maior visibilidade e menores custos.

4) Desenvolver parcerias, com as Câmaras e outras entidades Públicas e Privadas (empresas).

Para a realização deste princípio é fundamental ter presente os seguintes aspectos:

- Necessidade de criar valor para os parceiros.
- Firmeza nos objectivos e flexibilidade na formatação das soluções.

5) Assegurar os meios estritamente adequados (capital de base) às iniciativas programadas.

Caberá aos gestores obter os meios complementares.

6) Não criar encargos futuros.

Os investimentos devem prever meios de se sustentar financeiramente no período posterior às Comemorações.

7) Definir os Órgãos Gestores Futuros

Envolvê-los e comprometê-los desde o início para que sintam a “obra” como sua e possam ser responsabilizados pela sua gestão e rentabilização futura.

Madalena Torres

19 de Julho 2006

IV. Contribuições escritas externas

1. Contribuição de Raquel Henriques da Silva

1. Um grande memorial do Centenário

Considerando a importância do evento histórico e a oportunidade que pode constituir de refundar um nacionalismo moderno, será indispensável delinear e concretizar UM GRANDE EVENTO MEMORIAL.

Este é o contexto da fundação do MUSEU DOS DESCOBRIMENTOS.

Utilizando sugestões diversas que têm vindo a ser formuladas, nomeadamente no âmbito da preparação da candidatura da Baixa Pombalina a Património Mundial, proponho:

1. **Lugar:** A DOCA DO ARSENAL E O CHAMADO EDIFÍCIO DO ARSENAL.

Justificação: Trata-se do lugar que, mesmo após o Terramoto, continua a celebrar a Ribeira das Naus. A Doca existe e pode, sem grandes dificuldades técnicas, ser reposta. Além da importância histórica, trata-se de um local turístico por excelência, com fácil articulação com Belém e outros circuitos, dos dois lados do Tejo. A Nau Portugal seria aqui fundeada e componente fundamental da visita. Finalmente, o Museu seria uma das peças âncora da requalificação de toda a Baixa, em 1º lugar da Praça do Comércio.

2. **Conceito:** Os descobrimentos portugueses inauguraram a navegação moderna de alto mar. O essencial do Museu seria evocar AS CONDIÇÕES DE VIAGEM: os meios técnicos, os tipos de embarcação, os conhecimentos científicos, o quotidiano a bordo, os desastres, as grandes vitórias, os grandes navegadores.

Fundamentalmente, tratar-se-á de um museu virtual embora, através da doca, possa aceder-se à vista a embarcações, sedeadas dos dois lados do Tejo.

O Museu será construído em parceria produtiva com o Museu da Marinha, o Museu Nacional do Azulejo, o Museu Nacional de Arte Antiga e o Museu Nacional de Etnologia.

Não precisará de ter colecções mas evocar, representar, ficcionar, documentar AS GRANDES VIAGENS MARÍTIMAS, remetendo, com inteligência e aparato tecnológico, os seus adquiridos para as colecções dos museus citados e outros, internacionais também.

3. **Destinatários:** Grande público, turistas, crianças e jovens. Museu de História, eminentemente popular.

2. Homenagem a Columbano

1. PONTO DE PARTIDA

Columbano Bordalo Pinheiro pode ser considerado o pintor da Primeira República. Na verdade, apesar do seu temperamento discreto, ele esteve sempre presente quando foi necessário representar o novo regime: desenhou (ou ajudou a desenhar) a Bandeira Nacional, retratou os primeiros Presidentes da República (Manuel de Arriaga, Teófilo Braga e Manuel Teixeira Gomes), realizou importantes trabalhos de Pintura de História para a Assembleia da República e para o Museu Militar, durante as campanhas republicanas da sua requalificação e redecoração.

As elites republicanas, que o admiravam profundamente, nomearam-no Director do Museu Nacional de Arte Contemporânea, logo em 1914, cargo em que se manteve até à morte em 1929, tal como na Escola de Belas-Artes onde foi Professor de Pintura de História

No entanto, não é pela situação de "pintor oficioso" que, na verdade, nunca quis ser que venho propor – no âmbito da celebração do Centenário da República – a realização de dois inventos com ele relacionados.

A ponto, sucintamente duas razões:

1.1. Columbano é, na opinião unânime da História da Arte, o mais importante pintor português na transição entre os séculos XIX e XX, um dos raros a ter dimensão internacional defensável.

A suprema qualidade da sua pintura não se situa do lado da inovação que, desde 1870, se vinha tomando um aferidor de qualidade. Ele foi deliberadamente um antimoderno, o que no tempo da sua juventude, queria dizer antinaturalista e anti-impressionista. Amava a pintura do passado, espanhola e holandesa do século XVII, particularmente a qualidade da sua retratística quase sempre de cores soturnas. Foi um pintor da luz sombria que inventava em camadas sucessivas de finas velaturas, fantasmagorizando todos os motivos da sua pintura, nomeadamente os retratados.

Pintores com a sua dimensão têm vindo a ser valorizados no contexto internacional, possibilitando o enriquecimento do estudo e fruição da pintura fino-oitocentista, onde as estéticas de permanência são hoje consideradas tão importantes como as estéticas da ruptura.

Apesar do que fica dito, não há nenhum catálogo nem livro sistemático actualizado e problematizador sobre a sua personalidade e a sua obra.

1.2. Na sua longa actividade de retratista, Columbano retratou toas as personalidades relevantes da cultura portuguesa, entre 1870 e 19010. Escritores (Eça de Queirós, Teixeira de Pascoais, Raul Brandão...), poetas (Antero de Quental...), historiadores (Oliveira Martins...), arquitectos (Ventura Terra, Raul Lino...), políticos (os Presidentes da República já referidos), artistas de teatro (António Pedro, Eduardo Brazão...), músicos (Viana da Mota...), artistas plásticos (todo o Grupo do Leão...).

São centenas de retratos, entre os quais se contam algumas obras-primas absolutas. Recordo apenas o Retrato de Antero de Quental, realizado dois anos antes do suicídio do poeta: não é impossível ver nele a representação plena e trágica dos fracassos da Geração de 70.

Através da retratística de Columbano será possível introduzir, em diálogos cruzados, TODA A CULTURA DO SEU TEMPO.

2. PROPOSTAS

2.1. CELEBRAR COLUMBANO

2.1.1. Realização do catálogo raisonné da obra de Columbano Bordalo Pinheiro, com contribuições várias de historiadores de arte. Esta tarefa deverá ser ancorada no Museu do Chiado que dispõe da maioria da sua obra (pintura e desenho) bem como de muita da sua correspondência oficial e particular.

2.1.2. Reedição das *Cartas a Columbano* de Manuel Teixeira Gomes com um estudo histórico actualizado sobre o relacionamento entre estas duas personalidades de excepção.

2.1.3. Organização (entre o museu do Chiado, o Museu Militar, a Assembleia da República e a Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves) de um circuito de vista Columbano, destinado a amplos públicos, trabalhando, especialmente, a Pintura de História, em articulação também com escolas dos ensinos básico e secundário de todo o País.

2.2. EXPOSIÇÃO DE ARTE E CULTURA

Proposta a trabalhar por um comissariado misto, envolvendo a literatura, as artes cénicas, a música, o jornalismo, a história.

O conceito mais singelo seria organizar uma série de secções introduzidas por retratos de Columbano: Antero e a Poesia; Teixeira de Pascoaes e a revista *Águia*; Raul Brandão e o simbolismo; Rafael Bordalo Pinheiro e o jornalismo; Eça de Queirós e o romance realista; o Grupo do Leão e a Pintura; Teófilo Braga e a etnologia, etc... etc.

Os conteúdos de cada secção poderiam apresentar critérios expositivos diversos nunca restritos à mera mostra documental. Os meios virtuais podem permitir fazer os retratados sair

da moldura, inventar ou reencontrar vozes, teatralizar sessões de leitura, ficcionar através do cinema, fazer ouvir música, percorrer a cidade, entrar na Escola de Belas-Artes...

Pode admitir-se que a exposição tivesse dois núcleos, um em Lisboa, outro no Porto. Columbano poderá articulá-los através do seu retrato de Teixeira de Pascoaes.

O objectivo seria traçar um amplo panorama cultural sobre um dos períodos mais extraordinários da história de Portugal, compreendido entre Antero e Raul Brandão.

O local central da exposição deveria ser o Centro Cultural de Belém, e António Mega Ferreira o comissário geral.

No âmbito da exposição, mas extravasando-a, poderiam realizar-se encomendas de obras a artistas portugueses, no âmbito da Ópera, Teatro, Cinema, Artes Plásticas, funcionando com júris nacionais e envolvendo diversas cidades. A ideia motora poderia ser: celebrar a República é celebrar a cultura portuguesa.

Carcavelos, 14 de Março de 2006

Raquel Henriques da Silva,

Prof. de História da Arte

2. Contributo do Centro Português de Fotografia

Em resposta à solicitação que nos foi dirigida, em reunião da Comissão encarregada deste Projecto, junto enviamos as sugestões do CPF/MC.

Esta proposta terá, evidentemente, que ser melhor estudada e adequada aos meios, circunstâncias e locais a definir.

Trata-se de uma proposta com 3 actividades distintas, nas quais, devido às características específicas do CPF, se dá relevo especial à imagem fotográfica.

1. Criação de um painel desdobrável para itinerância nas escolas

Conjugando texto e imagens, desenvolve e explica os momentos mais significativos do caminho democrático durante a 1ª República, as crises políticas de 1915, 1917 e 1926, a caracterização do Estado Novo, momentos decisivos da ditadura até o 25 de Abril. Trata-se, pois, de um percurso da luta pela democracia.

Este processo decorre, em termos gráficos, num espaço de visibilidade maior, sendo acompanhado por um espaço paralelo menor, onde se acompanha a oposição ao regime estabelecido.

Assim, para cada período, verificam-se o dinamismo da mudança e do recuo do espírito democrático e a permanência de diversos tipos de oposição.

Os painéis, impressos digitalmente e colados num suporte tipo K-line ou K-mount (eventualmente mesmo em alumínio), poderiam ser produzidos em 3 ou 4 múltiplos, para circularem pelas escolas secundárias do país.² O guião de base deste trabalho está feito, devendo ainda ser revisto e melhorado.

Os painéis devem ser cuidadosamente desenhados, para serem de leitura fácil e apelativa.

² O CPF produziu, em 1998, uma exposição deste tipo, intitulada “A Aventura da Fotografia”, que consiste numa breve História da Fotografia, com texto e imagens. Neste caso, os painéis foram desenhados pelo gráfico Andrew Howard e foram, sempre que possível, ilustrados com imagens pertencentes aos acervos do CPF (o que também é possível no caso da comemoração da República).

A exposição circulou por dezenas de escolas e, surpreendentemente, encontra-se em óptimo estado de conservação, sendo actualmente, mostrada no Átrio da Sala do Tribunal da Cadeia da Relação do Porto.

2. Montagem de exposições fotográficas complementares³

2.1. Pensa-se uma exposição com poucas imagens fotográficas (20/25), de grande formato, onde o sentido da satisfação, da comedida alegria popular seja bastante clara. O título poderia ser o daquele popular, que inquirido sobre o “31 de Janeiro” para levantar os autos do processo, referiu o seu entendimento da revolução republicana: “Não sei bem o que é, disso não percebo, meu senhor, mas que foi lindo, foi!” (Ver: “História da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891. Depoimento de dois cúmplices”, 1901, por J. Chagas e ex-tenente Coelho)

Escolhem-se imagens de Aurélio da Paz dos Reis, que desde o 31 de Janeiro acompanhou os momentos republicanos e seguiu para Lisboa, ao saber do 4/5 de Outubro.

2.2. A própria história de Aurélio da Paz dos Reis, republicano, maçónico, acompanhando o progresso, indicador definidor do republicanismo (Aurélio introduz o cinema em Portugal, em 1896, produzindo os primeiros “quadros” cinematográficos portugueses e, entre outras iniciativas de fundamento técnico, preocupava-se, em tempos de rescaldo da filoxera, que os produtos da sua firma “A Flora Portuense” fossem acompanhados de um certificado de garantia, seguindo as leis de Berna da salubridade pública). Acompanhava fielmente os valores da sua ideologia, era bom pai e marido, trabalhador consciencioso, vivendo do seu trabalho, comerciante de produtos hortícolas, era floricultor premiado nas exposições do Palácio de Cristal (criara uma dália “sua”), nunca negando participação e trabalho militante (foi, muito jovem, secretário no Ateneu, pertenceu à comissão promotora de exposições hortícolas no Palácio e à União dos Jardineiros, foi sócio da Associação Comercial, vereador, vice-secretário e também vice-presidente da Câmara Municipal da sua cidade), foi ainda fotojornalista e fotógrafo semiprofissional e, não sendo capitalista, trabalhava numa diversificada benemerência (sócio da Associação de Socorros do 31 de Janeiro, da Associação de protecção à Criança Desvalida, da Caixa de beneficência dos Tuberculosos de Sto. Ildefonso...) e promovia o desenvolvimento da instrução popular a que a sua condição maçónica e republicana apontava: foi co-fundador do Orfeão Portuense, lutou para a fundação do Conservatório de Música do Porto.

A vida de APR, que chega a conhecer os primeiros anos que seguem a queda da República (morre em 1931), é, de acordo com o título da sua biografia que o CPF produziu, um “manual de cidadão” republicano. Talvez por isso mesmo as suas fotografias esclarecem sobre as actividades populares, sobre o que acontecia na rua a essa classe média nascente (é

³ Estas exposições deveriam ser acompanhadas de catálogos em suporte tradicional, de produção muito rigorosa (sob o aspecto científico, desenho gráfico e impressão), mas de preço de venda acessível. Bem assim, deveriam ser acompanhadas por edição paralela em CD ou DVD.

um dos grandes fotógrafos “de rua” da sua época) e talvez por isso mesmo também tenha compreendido a esperança que se colocava na revolução republicana.

As duas exposições poderiam itinerar nas câmaras municipais mais importantes do país.

3. Exposição temática

Exposição fotográfica de “um dia de vida” do 1º presidente republicano, Teófilo Braga, através de uma reportagem publicada na *Ilustração Portuguesa* (e repetida em *L'illustration française*), da autoria de Joshua Benoliel. Aí se vê a simplicidade do presidente, apanhando o eléctrico para a sua função, a austeridade do seu gabinete, etc.

Era interessante que estas imagens, em outdoor, fossem colocadas nos lugares onde foram executadas.

Centro Português de Fotografia

Porto, Abril de 2006

3. Contribuição da Associação "República e Laicidade"

MANIFESTO/PROGRAMA: PARA COMEMORAR O CENTENÁRIO DO ESTABELECIMENTO DA REPÚBLICA EM PORTUGAL

"Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária".

(Constituição da República Portuguesa, art. 1º)

A REPÚBLICA PORTUGUESA: UM GRANDE DESÍGNIO NACIONAL

Em Portugal, desde há quase um século, com o sublime propósito de edificar uma sociedade conforme com o interesse comum, de uma sociedade que seja cada dia mais livre, mais justa e mais solidária, está em andamento um grande projecto político nacional que solicita cada português, individualmente, a não se deixar confinar ao estatuto de mero «vassalo» ou «súbdito» de qualquer poder ou entidade majestática, mas a assumir-se, lado a lado e em estrita igualdade com todos os seus conterrâneos, como um autónomo, empenhado e activo obreiro daquele grande projecto, ou seja, como um «cidadão» do seu país.

É nesse ambicioso – ainda que aparentemente simples – objectivo que consiste o programa da República Portuguesa.

Como frequentemente sucede nas grandes empresas de transformação social e política a que os povos se abalançam, o trajecto entretanto percorrido pelo nosso processo republicano nem sempre foi linear e pacífico: antecedido por um longo período de gestação, a República Portuguesa teve o seu início efectivo com uma revolução (5 de Outubro de 1910); enfrentou, com sucesso, várias tentativas de desvio do seu curso democrático (1915, 1917, 1919, etc.), mas não conseguiu impedir que um golpe militar (28 de Maio de 1926) estabelecesse no país um apertado regime de ditadura; assumiu-se na resistência à opressão e na oposição ao regime corporativo do «Estado Novo» entretanto imposto aos portugueses; quase meio século mais tarde, retomou força e vigor através de nova revolução libertadora (25 de Abril de 1974).

É assim, hoje, tal como há um século – mas porventura mais conscientes do facto de não existirem situações irreversíveis ou aquisições definitivas na História da emancipação dos povos –, que devemos assumir a República Portuguesa como um ousado e enorme

desafio que deve, em permanência, solicitar cada um de nós, como um nobre e imenso desígnio nacional a que todos, conjuntamente, nos devemos abalançar.

ASSINALAR O PRIMEIRO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA PORTUGUESA COM UM PROGRAMA ABERTO, EXTENSO E PARTICIPADO

Cem anos decorridos sobre a «Revolução de Outubro»⁴ e o início do regime republicano português, trinta anos passados sobre a «Revolução de Abril» e o reatamento da vida democrática no país, assinalar aquele centenário com um programa de eventos cujo contorno, quer em duração, quer em extensão, quer ainda em alcance e influência, possa transcender o de uma mera comemoração histórica e, mais concretamente, com uma celebração que também constitua pretexto e estímulo para, conjuntamente, nos perspectivarmos no quadro global que marca este início do séc. XXI, poderá constituir um acontecimento do maior relevo e efeito na sociedade portuguesa.

Efectivamente, num momento em que é claramente perceptível o facto de, a nível nacional, ainda se continuar a viver um período decisivo da consolidação e aprofundamento do regime democrático instituído em 25 de Abril de 1974 e de, globalmente, em termos planetários, se estar também a viver um tempo igualmente difícil e crítico do processo de construção de um Mundo mais livre e mais justo, onde o respeito pela dignidade da pessoa humana constitua a regra, relembrar os caminhos e as principais etapas do estabelecimento e do restabelecimento do regime republicano em Portugal, reflectir sobre as perspectivas actuais e futuras dos modelos humanistas de organização das sociedades no complexo quadro económico, político, social e cultural do Portugal, da Europa e do Mundo actuais, constitui uma iniciativa oportuna e que pode, seguramente com grande proveito colectivo, motivar sectores muito significativos da sociedade portuguesa.

Tendo em vista a prossecução desse ambicioso objectivo, vimos aqui propor que, aos distintos níveis da iniciativa, da delineação e da decisão, bem como nas diferentes fases de concepção, de planeamento e de concretização nela envolvidas, a comemoração do Primeiro Centenário da República Portuguesa seja assumida num processo largamente participado – leia-se: conduzido – pela sociedade civil e se constitua como um programa muito aberto e dinâmico, onde possam ter lugar múltiplos eventos de marcada expressão cívica, com variados perfis, dimensões e valências e que, convenientemente repartidos por um período de tempo alargado (um período de cinco anos, entre 2005 e 2010) e profusamente distribuídos

⁴ Designação assumida, na época, pela revolução de 5 de Outubro de 1910.

pela totalidade do território nacional, aspirem a alcançar – e mesmo a empenhar directamente – vastos sectores da população do país.

Mais concretamente, sugerimos que, no essencial, o programa da Comemoração do Primeiro Centenário da implantação da República se desenvolva segundo três grandes eixos conceptuais:

- UM PROGRAMA FRANCAMENTE ABERTO, DIFERENCIADO E EXTENSO

Decorrente do longo e árduo processo que, iniciado ainda durante o século XVIII, com os primeiros lampejos do pensamento liberal no país, se prolongou por todo o século XIX, com o progressivo descrédito do regime monárquico constitucional entretanto instituído e com uma ampla e crescente difusão e aceitação do ideário republicano e dos princípios democráticos entre os portugueses, a República estabeleceu-se claramente em Portugal ao longo de todo o século XX, quer pelas revoluções de 1910 e de 1974 e durante os períodos de liberdade e progresso que se lhes seguiram, quer por ter constituído a mais forte referência política de oposição ao ordenamento corporativo, autoritário e retrógrado imposto ao país pela pesada ditadura que o submeteu durante quase meio século (1926-1974).

Essa difícil e prolongada campanha, tecida por muitos e diferentes intérpretes, concretizada em inúmeras e variadas acções disseminadas pelo tempo e pelo território, deixou-nos um vastíssimo rol de referências (pessoas, eventos e locais), cuja evocação histórica e celebração cívica será sempre estimulante promover, certos de que o presente e o futuro se devem precisamente alicerçar na memória.

Desse modo, parece-nos adequado que um dos aspectos fundamentais do programa destinado a enaltecer a República Portuguesa por ocasião do centenário do seu estabelecimento consista precisamente na homenagem às muitas figuras relevantes do processo que a ela conduziu, bem como na comemoração das diferentes ocorrências e na celebração dos principais lugares que a ela também se referem.

Por outro lado, consideramos igualmente conveniente prever a realização de actividades decididamente orientadas para a leitura e compreensão das grandes questões da actualidade nacional, europeia e internacional e para o entendimento da «solução republicana» enquanto sistema político mais fortemente habilitado para lidar com elas.

Uma tal perspectiva implicará – ou possibilitará – que a comemoração do Centenário da República, embora perspectivada com expressão, dimensão e alcance nacionais, inicialmente se assuma e desenvolva em moldes abertos e descentralizados (localizados), se

reparta por um período alargado de cinco anos (de Outubro de 2005 a Outubro de 2010) e se estruture precisamente sobre muitas e diversificadas actividades de pequena ou média dimensão e alcance local, mas que se vão progressivamente articulando num programa conjunto e de sentido lato, que se vá desenrolando, em contínuo crescendo, até culminar no conjunto das grandes iniciativas nacionais e das cerimónias oficial e protocolares que certamente terão lugar a 5 de Outubro de 2010.

Um empreendimento com a configuração, a extensão e a ambição acima sugeri das para a comemoração do Centenário da República Portuguesa constituirá forçosamente uma operação de grande complexidade e onde previsivelmente terão lugar muitas e diferentes iniciativas de marcada feição cívica, com intervenientes (protagonistas, participantes e destinatários) socialmente diferenciados e com modos de concretização e níveis visibilidade igualmente distintos, nomeadamente:

- EVENTOS FORMAIS – cerimónias institucionais e protocolares, actos solenes, paradas militares, etc.

- ENCONTROS e REUNIÕES – colóquios, palestras, conferências, debates, quer com objectivos científicos/académicos, quer com fins de sensibilização de divulgação e de animação sociocultural;

- EXPOSIÇÕES e MOSTRAS – apresentações, devidamente ordenadas e interpretadas, de diferentes materiais (objectos, imagens fixas ou móveis, som, etc.), com finalidades documentais, artísticas, etc.;

- INICIATIVAS CÍVICAS e POLÍTICAS – actividades militantes (de carácter partidário ou independente) e outras formas de intervenção social e política, visando a promoção da República, a discussão de temas de Actualidade, etc. ;

- ACTIVIDADES ESCOLARES (a todos os níveis do Ensino) – trabalhos lectivos de âmbito curricular e extra curricular, nos domínios da História, da Filosofia, da Análise de Actualidade, da Formação para a Cidadania, etc. ;

- MARCAÇÃO DE LOCAIS – aposição de marcos ou placas evocativas e levantamento de monumentos que assinalem sítios relevantes da História do Liberalismo e da República em Portugal

- RECREAÇÃO e ESPECTÁCULO – concepção, montagem e apresentação de peças de teatro, de fitas de cinema ou de concertos de música, bem como de programas diversos de rádio, de televisão, etc.;

- EDIÇÕES – publicação de materiais relevantes, quer em termos de investigação, quer de divulgação, na História do Liberalismo e da República em Portugal em diferentes suportes (livros, revistas, vídeos, CD's, DVD's, etc.);

- INTERNET – criação, animação e manutenção de um «Site» sobre a República na «Internet», com notícias, história, fóruns de debate, etc.;

- ANIMAÇÃO DE RUA e FESTAS POPULARES: - acções, de exterior ou não, geralmente pouco formais e muito especialmente destinadas ao grande público.

• UM PROGRAMA FORTEMENTE PARTICIPADO

Por um cometimento republicano essencial, a República Portuguesa tem de respeitar à totalidade dos portugueses e, assim sendo, qualquer projecto comemorativo dos cem anos do seu estabelecimento no país deve ser gizado em moldes que, assumidamente, visem possibilitar uma adesão generalizada e interveniente da população nacional.

No entanto, conseguir concretizar o objectivo de assegurar essa participação alargada e efectiva dos portugueses no programa do centenário da sua República implica que, em paralelo com a mobilização e coordenação do conjunto das entidades oficiais e dos organismos públicos que, pela sua configuração institucional, estão necessariamente implicados naquele acontecimento, se promova uma campanha destinada a suscitar, articular e apoiar ⁵ um envolvimento directo e empenhado dos cidadãos, quer em moldes individuais, quer através das múltiplas organizações cívicas autónomas existentes no país e, mais especificadamente, das Associações Culturais, Sociedades Recreativas e Grémios Populares, dos Movimentos de Opinião e Intervenção Cívica, das Agremiações de Solidariedade Social (Sociedades Cooperativas, Associações Mutualistas, etc.), dos Fóruns, Clubes, Centros e Tertúlias de Discussão Política, das Associações de Grupos Sociais, das Associações Profissionais, dos Sindicatos.

Em termos práticos e tendo em vista a concretização do programa acima sugerido ⁶, entendemos que, em primeira linha, a iniciativa da promoção da Comemoração do Primeiro Centenário da República Portuguesa deverá caber à Presidência da República, enquanto instância mais elevada do Estado Republicano Português, em articulação directa e próxima com a Sociedade Civil representada pelos Partidos Políticos, por um conjunto de

⁵ Leia-se: solicitar, estimular, induzir, agregar, organizar, equipar, validar, patrocinar, etc.

⁶ Aceitar a sugestão de estender por cinco anos (de 2005 a 2010) o programa da Comemoração do Centenário da República implica que, o anúncio público formal desse acontecimento deva ocorrer ainda em 2004 (a 5 de Outubro, por razões simbólicas), de forma a permitir o ano de trabalho necessário para constituir, dotar de meios e afinar as estruturas técnicas de apoio ao projecto, bem como para realizar as primeiras produções concretas a colocar no terreno por ocasião do início efectivo das Comemorações, em 5 de Outubro de 2005.

Associações Cívicas Republicanas e por personalidades desatacadas da vida política republicana portuguesa.

Assim sendo, seria conveniente proceder à formação e à instalação das seguintes comissões:

COMISSÃO DE HONRA: composta pelos representantes institucionais do Estado – Presidência da República, a quem deve caber, formal e efectivamente, a presidência das Comemorações, Assembleia da República, Governo da República, Governos das Regiões Autónomas e Autarquias Locais (Associação Nacional dos Municípios Portugueses);

- COMISSÃO POLÍTICA – composta pelos representantes dos Partidos Políticos com assento na Assembleia da República;

- COMISSÃO CÍVICA – composta por representantes de Associações Cívicas relevantes para o projecto ⁷ e, eventualmente, por personalidades de especial relevo e significado na vida política republicana portuguesas;

Bem como de um :

- FÓRUM REPUBLICANO – composto por representantes do Movimento Associativo Cultural e Recreativo, do Movimento Mutualista e Cooperativo, das Associações Empresariais, do Movimento Sindical, etc.

Num segundo momento, mas igualmente em curto prazo, convirá ainda proceder à constituição e nomeação das seguintes comissões:

- COMISSÃO CIENTÍFICA/CULTURAL – comissão de acompanhamento do projecto e composta por delegados das entidades científicas e culturais a envolver na iniciativa;

- COMISSÃO TÉCNICA EXECUTIVA – comissão composta por técnicos especialistas das diversas áreas de actividade envolvidas no projecto e a que caberia a responsabilidade pela sua execução e implementação concreta.

A Comissão Científica/Cultural, com funções essencialmente consultivas, deverá constituir um grupo de trabalho que assuma, simultaneamente, a dinamização do projecto e a garantia do seu desenvolvimento dentro de parâmetros científica e culturalmente acertados. A Comissão Científica/Cultural deverá assegurar essencialmente as tarefas de:

⁷ Associações Culturais e Cívicas com carácter assumidamente republicano, tais como: Comissão Permanente dos Centros Republicanos (Lisboa), Associação República e Laicidade (Lisboa), Associação 25 de Abril (Lisboa), Associação 31 de Janeiro (Porto), Fundação Mário Soares, Fundação Humberto Delgado, Centro de Estudos Republicanos Sampaio Bruno (Porto), Liga dos Combatentes da Grande Guerra (Delegações em muitas cidades do país), Associação para a Promoção Cultural da Criança (Lisboa) etc.

- Acompanhamento, designadamente na perspectiva do estímulo e da garantia do rigor científico e do interesse cultural, das diversas iniciativas e actividades promovidas localmente;

- Representação e articulação da colaboração dos Centros de Investigação Universitários directamente relacionados com a temática da República e da sua História,⁸ dos Museus, Bibliotecas e Arquivos igualmente relacionados com aquela temática⁹ das Sociedades Científicas e Centros de Investigação privados¹⁰ e das Associações de Professores de História¹¹ também preocupados com questões políticas e históricas relacionadas com o regime republicano português;

- Representação e articulação da colaboração da rede das Associações Culturais e Recreativas (do Movimento Associativo Cultural), bem como repressão e articulação da rede dos animadores socioculturais¹².

A Comissão Técnica, com funções essencialmente executivas, deverá constituir a estrutura operacional do projecto e consistir numa equipa que, de modo centralizado, mas com eficácia, capacidade e alcance nacionais, possa assegurar toda a panóplia de tarefas diferentes requeridas por um processo que, para além de uma vertente de actividade decorrente da iniciativa oficial central, tem em vista promover, apoiar e articular, em termos nacionais, uma efectiva participação autónoma, independente e descentralizada (tanto quanto possível) da sociedade civil.

⁸ Centro de Ciências Históricas e Sociais (Universidade do Minho, Braga), Centro de Documentação 25 de Abril (Universidade de Coimbra), Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa (ISCTE, Lisboa), Centro de Estudos Históricos (Universidade Nova de Lisboa), Centro de Estudos Interdisciplinares do séc. XX (Universidade de Coimbra), Instituto de História Moderna (Universidade do Porto), Instituto de História Contemporânea (Universidade Nova de Lisboa), etc.

⁹ Arquivo e Museu da Presidência da República (Lisboa), Arquivo e Museu da Assembleia da República (Lisboa), Biblioteca-Museu República e Resistência (Lisboa), Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), ARQUIVO Nacional de fotografia (Lisboa), Museu da Imprensa (Porto), Museu da República Arlindo Vicente (A veiro), Museu Rafael Bordalo Pinheiro (Lisboa), Casa-mãe Humberto Delgado (Boquilobo, Torres Novas), Casa-Museu João Soares (Cortes, Leiria), Casa-Museu José Relvas / Casa dos Patudos (Alpiarça), Coleção Aires Rodrigues, Casa Museu Abel Salazar Casa Museu Egas Moniz, Casa Museu Leal da Câmara (Sintra), Museu e Biblioteca dos Jardins-Escola João de Deus (Lisboa), etc.

¹⁰ Academia Portuguesa de História, Sociedade Portuguesa de Estudos do séc. XVIII (Lisboa), etc.

¹¹ Associação dos Professores de História (Lisboa), Associação de Professores de Filosofia (Coimbra), etc.

¹² Via Associação Nacional de Animadores Sócio-Culturais (ANASC), por exemplo.

A Comissão Técnica deverá designadamente deter uma competência e uma operacionalidade efectivas nos seguintes domínios:

- Animação sociocultural;
- Concepção, planeamento e gestão de actividades culturais;
- Investigação histórica e documental;
- Desenho gráfico, fotografia, cinema, sonoplastia, vídeo, novas tecnologias de Comunicação, etc.

UM PROGRAMA ORIENTADO PARA A HISTÓRIA E PARA A ACTUALIDADE; PARA O FUTURO, PORTANTO

O extenso e diversificado conjunto dos eventos acima sugeridos para integrar o programa de comemoração do primeiro centenário da República Portuguesa deverá estruturar-se sobre um sistema de grandes eixos temáticos que, constituindo um corpo de matérias essenciais para a compreensão, quer do percurso histórico, quer do sentido actual do nosso sistema republicano, permitam aos portugueses retomar alento para enfrentar os grandes desafios que presentemente se colocam ao país.

Efectivamente, na perspectiva que aqui estamos a defender e propor, entendemos que as iniciativas a implementar e a desenvolver no quadro da Comemoração do Primeiro Centenário da República Portuguesa se devem essencialmente centrar sobre dois grandes tópicos :

a divulgação de uma leitura objectiva e rigorosa da História da Primeira República Portuguesa, repondo a verdade histórica e contrariando uma visão distorcida e negativa desse período que, construída e promovida pelos adversários da República durante a vigência do Estado Novo, ainda persiste numa opinião pública menos esclarecida ;

- A reafirmação das perspectivas e dos valores humanistas, bem como dos princípios e das posturas republicanas que, pintar uma leitura moderna, progressista e optimista do Homem, da Sociedade e do Mundo, se constituam como uma claro discurso alternativo ao enunciado de decadência que, por (frequentes) vezes, tende a caracterizar o dealbar do século XXI.

E, depois,...

CONSTITUIR UM ARQUIVO-MUSEU (NACIONAL) DA REPÚBLICA PORTUGUESA

No seguimento da implantação da república, foi criado o «Museu da Revolução de Outubro de 1910»¹³, instituição entretanto desaparecida¹⁴ e que, aparentemente, nunca terá conseguido – ou podido – assumir grande relevo ou expressão na vida política e cultural portuguesa da época.

Em 2010, cem anos decorridos sobre aquele projecto pioneiro, na sequência do processo de comemoração do centenário do estabelecimento do regime republicano em Portugal e na perspectiva de aproveitar, quer o trabalho (seguramente vultoso) entretanto desenvolvido, quer a rede nacional de contactos estabelecida para levar a cabo aquele projecto, será oportuno e finalmente possível – e certamente desejável avançar com a criação de um grande «Museu da República Portuguesa» onde, numa perspectiva cívica, com independência relativamente a grupos de opinião e a partidos políticos, em permanência se possa promover uma reflexão crítica sobre os caminhos da República Portuguesa.

Luis Manuel Mateus

(Abril/2004 - versão revista em Março/2005)

¹³ Criado, em 1910, na dependência da Câmara Municipal de Lisboa, o «Museu da Revolução de Outubro» teve em Manuel Borges Graíña (1862-1925) o seu primeiro (e porventura único) director. Desaparecido depois de 28 de Maio de 1926, desconhece-se hoje o destino dado ao seu espólio

¹⁴ Provavelmente na sequência de uma das muitas atribulações sofridas pelo novo regime durante a sua curta existência.

4. Carta da Município de Loures

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Projectos para as Comemorações do Primeiro Centenário da República

Loures, 28 de Abril de 2006

No quadro do trabalho desenvolvido pela Comissão presidida por V. Ex.^a, tomamos a liberdade de lhe transmitir o testemunho de um passado já distante, ocorrido no Município de Loures, em 4 de Outubro de 1910, e, ao mesmo tempo, manifestar o interesse dos órgãos políticos do Município em contribuir para que uma data determinante da memória histórica local possa ser assinalada com a devida solenidade.

Segundo rezam as crónicas, às 15:00h, do dia 4 de Outubro, os oito homens que foram nomeados para constituir a Junta Revolucionária, saem do Centro-Escola Republicano, situado no largo do Chafariz, actual Largo 4 de Outubro, e dirigem-se aos Paços do Concelho, na rua Azevedo Coutinho, actual rua da República, nº 70.

Ocupada a sede do poder monárquico, é hasteada, pela mão de Joaquim Augusto Dias, comerciante de profissão, uma bandeira com as cores republicanas. Junto ao estandarte improvisado, a Junta Revolucionária declara a implantação da República, em Loures, pela voz do farmacêutico Augusto Moreira Feio, que seria, a 13 de Outubro de 1910, nomeado presidente da Comissão Administrativa provisória.

Na nossa modesta opinião, a singularidade de um acontecimento tão marcante na vida do Município, que encheu de orgulho os cidadãos de Loures, justifica um enfoque especial no programa das comemorações nacionais do Centenário da República, que terão lugar em 2010

Com os melhores cumprimentos e saudações pessoais

O Presidente da Câmara

(Carlos Teixeira, Eng.º)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Pedro Farmhouse, Dr)

V - Documentos relativos à Comissão de Projectos

1. Resolução do Conselho de Ministros que instituiu a Comissão

Resolução do Conselho de Ministros nº 170/2005

O dia 5 de Outubro de 1910 é assinalado em Portugal como a data da Implantação da República, que marcou uma importante viragem na história contemporânea portuguesa. Ocorrendo em 2010 o primeiro centenário da Revolução da República, entende o Governo iniciar desde já a preparação de comemorações adequadas à relevância do evento.

A comemoração desta data histórica constitui uma oportunidade para não só honrar a memória daqueles que se entregaram à causa da República como para aprofundar o conhecimento sobre a nossa história, e também para promover uma reflexão colectiva sobre o passado, o presente e o futuro dos valores da República e das nossas instituições políticas.

Pretende-se, também, que a comemoração do centenário da implantação da República possa incluir uma programação cultural diversificada e capaz de mobilizar a participação alargada da sociedade portuguesa, incluindo as gerações mais jovens.

Neste sentido, importa constituir uma comissão de projectos que proponha um modelo para as comemorações do primeiro centenário.

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1—Criar a Comissão de Projectos para as Comemorações do Centenário da República, adiante designada por Comissão de Projectos.

2—Determinar que a Comissão de Projectos é constituída pelas seguintes personalidades: Prof. Doutor Vital Moreira, que preside, Prof. Doutor Joaquim Romero Magalhães, Dr.a Inês Pedrosa, Dr. Francisco José Viegas, Dr.a Madalena Torres e David Ferreira¹⁵.

¹⁵ Francisco José Viegas pediu escusa logo no início dos trabalhos da Comissão, por incompatibilidade com os seus afazeres profissionais

3—A Comissão de Projectos pode integrar, ainda, outras personalidades de reconhecido mérito, num máximo de três, a designar por despacho do Ministro da Presidência¹⁶.

4—Incumbir a Comissão de Projectos de promover uma reflexão sobre a natureza e o conteúdo das comemorações do primeiro centenário da implantação da República e, no prazo de seis meses, apresentar ao Governo, através do Ministro da Presidência, recomendações sobre:

- a) Programa das comemorações;
- b) Modelo organizativo do evento;
- c) Recursos a afectar às comemorações.

5—Determinar que, no desenvolvimento da sua actividade, a Comissão de Projectos pode solicitar aos serviços e organismos integrados na Administração Pública toda a informação e colaboração necessárias.

6—Determinar que o apoio logístico é assegurado pela Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

7—Estabelecer que os aspectos financeiros inerentes ao funcionamento da Comissão de Projectos são definidos por despacho conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Presidência.

Presidência do Conselho de Ministros, 6 de Outubro de 2005.

— O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

¹⁶ Ao abrigo desta norma foi designada o Prof. Doutor António Reis.

2. Acta geral sobre os trabalhos da Comissão

Comissão de Projectos para as Comemorações do Centenário da República

Acta geral dos trabalhos

1. Pode ler-se na resolução do Conselho de Ministros nº 170/2005, de 6 de Outubro, que ocorre em 2010 o primeiro centenário da Revolução da República, entendendo o Governo iniciar desde logo a preparação das comemorações adequadas à relevância do evento.

2. O Governo propôs-se assim criar uma Comissão de Projectos para as Comemorações do Centenário da República, determinando a sua constituição pelas seguintes personalidades: Prof. Doutor Vital Moreira, que preside, Prof. Doutor Joaquim Romero Magalhães, Prof. Doutor António Reis, Dr.^a Inês Pedrosa, Dr. Francisco José Viegas, Dr.^a Madalena Torres e David Ferreira.

O Dr. Francisco José Viegas escusou-se das funções da Comissão por razões de ordem profissional, tendo participado ao Senhor Presidente a impossibilidade de acompanhamento desta comissão.

3. Esta foi incumbida de promover uma reflexão sobre a natureza e o conteúdo das comemorações e de apresentar ao Governo recomendações sobre:

- O programa das comemorações;
- O modelo organizativo do evento;
- Os recursos afectos às comemorações.

4. No total houve dezasseis reuniões, 15 delas com uma periodicidade quase quinzenal, entre 25 de Outubro de 2005 e 19 de Julho de 2006, com uma reunião em 28 de Setembro de 2006 para aprovar o projecto de relatório final.

5. Como pano de fundo da ordem de trabalhos, a comissão propôs-se estudar desde logo o que se fez noutros países em termos de comemorações, nomeadamente:

- Bicentenário da Independência dos E.U.A (1776)
- Bicentenário da Revolução Francesa (1789)
- Centenário da República do Brasil (1889)
- Cinquentenário da República Italiana (1946)

6. Pretendeu a comissão começar por definir o sentido e a filosofia das Comemorações. Assim, há a relevar três aspectos fundamentais:

- Celebração do Acto Fundador (Revolução Republicana em si mesma);
- Herança do Século Republicano (valores e experiência da República);
- Balanço numa dimensão de prospectiva (visão para um novo século da República).

7. Foram três as dimensões fundamentais exploradas pela comissão:

- Dimensão Histórica;
- Dimensão Ensaística (filosofia política/ideológica);
- Dimensão Ético-Cívica (valores com pedagogia associada e respectiva divulgação).

8. Foram distribuídas logo desde início áreas de reflexão específica pelos membros da comissão. Nomeadamente:

- Media – impacto e tratamento – Sr. David Ferreira;
- Exposições, concertos, iniciativas – Dra. Madalena Torres;
- Investigação e divulgação histórica – Prof. António Reis;
- Reflexão do calendário e estrutura organizacional – Prof. Joaquim Romero

Magalhães

-No entanto as fronteiras delimitadas foram-se desvanecendo ao longo das reuniões, tomando cada membro funções de contornos definidos em mais do que uma área específica.

9. O trabalho de investigação histórica foi uma linha de reflexão desenvolvida também com o objectivo de:

- Encomendar biografias;
- Encomendar colecções a bibliotecas;
- Examinar testemunhos do 5 de Outubro – formação da República;
- Fazer participar um núcleo científico;
- Ver colecções de divulgação;
- Ver colecções de museus ligados à implantação da República;
- Estudar as mulheres e a 1ª República – génese do feminismo da época;

- Publicar uma revista do Centenário (tendo como base a revista “Oceanos” da década de 40.

10. Das quinze reuniões realizadas, sete foram dedicadas à auscultação de opiniões de personalidades/sectores/organizações que, pela sua experiência em áreas específicas no âmbito das comemorações pareceram relevantes ouvir pela Comissão. Numa média irregular de três audições por reunião.

As audições tiveram como base de discussão as seguintes questões:

- Natureza e conteúdo das comemorações;
- O que comemorar, e em que sentido;
- Como comemorar aos níveis institucional, cultural e festivo;
- Qual o marco que as comemorações devem deixar para o futuro.

11. A lista de personalidades foi definida pela Comissão e os convites feitos pelo gabinete do Ministro da Presidência na pessoa do Chefe do Gabinete, Dr. Paulo Tavares.

Catorze personalidades no total, com opiniões ora díspares ora condizentes mas sobretudo contentes e gratas por poderem participar na idealização das comemorações.

Entre 16 de Fevereiro e 20 de Abril de 2006 a Comissão recebeu as seguintes pessoas:

António Mega Ferreira – Presidente do Conselho de Administração do CCB

Miguel Lobo Antunes – Ex-administrador do Centro Cultural de Belém e actual Director Artístico da Culturgest.

Ramon Font – Jornalista catalão, ex-representante da TVE em Portugal, Presidente da Associação de Imprensa Estrangeira em Portugal (AIEP) e recentemente nomeado secretário da Comunicação do Governo da Catalunha (dependência do ministro da Presidência do Governo da Catalunha)

Eduardo Lourenço – Ensaísta, crítico literário, ex-professor Universitário e administrador não-executivo da Fundação Calouste Gulbenkian desde Setembro de 2002.

António Pinto Ribeiro – Programador artístico da Fundação Calouste Gulbenkian

Teresa Siza – Directora do Instituto Português de Fotografia

João Bénard da Costa – Presidente da Cinemateca Portuguesa

Raquel Henriques da Silva - Ex-directora do Instituto Português de Museus, historiadora de arte, investigadora e docente da Universidade Nova de Lisboa

Manuel Oleiro – Director do Instituto Português de Museus

Emílio Rui Vilar – Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian

Gonçalo Ribeiro-Telles – Arquitecto paisagista

Diogo Gaspar - Director do Museu da Presidência da República

Embaixador António Franco – Ex-Embaixador de Portugal no Brasil

Simonetta Luz Afonso – Presidente do Instituto Camões

Todos eles deram contributos valiosos para a realização do compêndio de ideias a apresentar pela Comissão.

12. Para além destas audições - que tiveram lugar na Presidência do Conselho de Ministros, sede de reunião da Comissão –, alguns membros do Governo e representantes de outras instituições públicas foram também ouvidos por delegações da Comissão:

Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros – Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral

Ministra da Educação – Prof.^a Doutora Maria de Lurdes Rodrigues

Secretário de Estado da Cultura – Prof. Doutor Mário Vieira de Carvalho

Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses - Dr. Fernando Ruas

Vereadora da Câmara Municipal de Lisboa, Maria José Nogueira Pinto, encarregada do programa de requalificação urbana Baixa Pombalina.

13. Para além disso, a Comissão recebeu contribuições e sugestões por escrito de algumas associações e instituições.

14. Ao longo dos trabalhos da Comissão foram sendo elaborados diversos documentos sectoriais, por cada um dos seus membros, sobre diversos aspectos sectoriais. No final, foi elaborado um roteiro ordenado por temas sobre todas as ideias e sugestões, sob responsabilidade de David Ferreira, Inês Pedrosa e Madalena Torres.

15. O relatório final, aprovado na reunião de 28 de Setembro de 2006, incorpora não somente as ideias fundamentais a que a Comissão chegou mas também os referidos documentos preparatórios e as contribuições externas recebidas.

16. Esta acta geral e as actas das reuniões, bem como os documentos recebidos ou adquiridos pela Comissão, ficam arquivados à guarda do gabinete do Ministro da Presidência.

Lisboa, 29 de Setembro de 2006

Vera de Pinho Morgado

(Gabinete do Ministro da Presidência, que acompanhou esta comissão, na elaboração de resumos das reuniões e na marcação de audições)